

Anais da Assembléia

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 17 DE MAIO DE 1973

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSOES PERMANENTES

3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur
1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima
2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reihardt
1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato
2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)
3.º SECRETÁRIO — David Federmann
4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério — Quielse Crisostomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.).

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares
REUNIÕES — As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério — Francisco Escorsin

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel
VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)
Lázaro Dumont — Arizone Araújo

SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Ney Rodrigues
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel
Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Maurício Fruet (M.D.B.) — Antonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo
VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)
Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo P. Lima — Maurício Fruet (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva
VICE-PRESIDENTE — Maurício Fruet (M.D.B.)
Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

PRESIDENTE — Quielse Crisostomo
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin — Gilberto Carvalho

SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima — Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro
REUNIÕES — As terças-feiras

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza
Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Maurício Fruet (M.D.B.) — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho
VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)
Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr. — Alvaro Dias (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lélis Guimarães Sotto-Maior
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quielse Crisostomo — Domício Scaramella (M.D.B.)
SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes — Domício Scaramella (M.D.B.)
Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973

3.^a Sessão Legislativa da 7.^a Legislatura Ata da 74.^a Sessão (Extraordinária) Realizada em 17 de Maio de 1973. (Quinta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos srs. Deputados Muggiati Filho e David Federmann.

As 14.00 horas é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aginaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antonio Belinati — Antonio Costa — Arizone Araujo — Armando Queiroz — Arthur de Souza — Basilio Zarusso — Borsari Neto — Candido Martins de Oliveira — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Francisco Escorsin — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Tomazoni — João Fadel — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Mauricio Fruet — Nelson Buffara — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quielse Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior e Xenofonte Villanueva. (37); achando-se ausentes os srs. Deputados Antonio Lopes Júnior — Antonio Maciel — Domicio Scaramella — Fabiano Braga Cortes — Fuad Nacli — Lázaro Dumont — Marciano Baraniuk — Olavo Ferreira — Wilson Brandão e Wilson Fortes. (10).

Verificada a existência de número legal o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA.

com a presença de 37 srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

Discussão única — da Proposição n.º 121-73 Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 164-72, de autoria do Dep. Mauricio Fruet, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública a União Metropolitana dos Estudantes de Curitiba — UMESC. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — Encerrada a discussão. — Em votação. — Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 18 sexta-feira, às 9,30 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Discussão única — da Proposição n.º 122-73.

Levanta-se a Sessão.

3.^a Sessão Legislativa da 7.^a Legislatura Ata da 75.^a Sessão Ordinária Realizada em 17 de Maio de 1973. (Quinta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur secretariada pelos srs. Deputados Muggiati Filho e Hélio Manfrinato.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aginaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antonio Belinati — Antonio Costa — Arizone Araujo — Armando Queiroz — Arthur de Souza — Basilio Zarusso — Borsari Neto — Candido Martins de Oliveira — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Francisco Escorsin — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Tomazoni — João Fadel — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Mauricio Fruet — Nelson Buffara — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quielse Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior e Xenofonte Villanueva. (37); achando-se ausentes os srs. Deputados: Antonio Lopes Júnior — Antonio Maciel — Domicio Scaramella — Fabiano Braga Cortes — Fuad Nacli — Lázaro Dumont — Marciano Baraniuk — Olavo Ferreira — Wilson Brandão e Wilson Fortes (10).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTO:

— de autoria do Senhor Deputado Muggiati Filho, solicitando dispensa de publicação para o Projeto de Lei n.º 16-73.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer seja consignado nos Anais desta Casa, um voto de louvor à Diretoria da Companhia Paranaense de Silos e Armazéns — COPASA — pela aquisição e instalação de Secadores KW-10, nas Unidades Armazenadoras de Curitiba Campo Mourão, Guarapuava e Pato Branco.

JUSTIFICATIVA:

Efetivamente Senhor Presidente, a atual Diretoria da Companhia Paranaense de Silos e Armazéns — COPASA — Sociedade de Economia Mista, constituída pelos Senhores Doutores Aracy Milla Ferreira de Siqueira, Diretor Presidente, Arthur Scheidt, Diretor Superintendente e Manoel Bernardo Garcez Munhoz, Diretor Financeiro, desde logo que assumiram os seus cargos empenharam-se na instalação dos Secadores KW-10 nas Unidades Armazenadoras mencionadas, cujo equipamento, com uma produção de 15 toneladas horárias de secagem de cereais, trará à COPASA maior capacidade de atendi-

mento aos produtos agrícolas cujos beneficiários não são outros, senão os produtores e o Estado do Paraná.

Por ter se conduzido de maneira a satisfazer o voto de louvor pretendido virá por certo premiar os Diretores acima citados, que o requerente requer sejam notificados do teor do presente bem como o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado.

Sala das Sessões, em 17 de maio de 1973.

(a) — Ivo Tomazoni.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o Plenário, respeitosamente requer, seja enviado ofício ao Senhor Dr. Roberto Sérgio Correa Alves Superintendente Regional do Instituto Nacional de Previdência Social INPS solicitando por parte do mesmo, para que sejam tomadas providências, objetivando a construção de prédio daquele órgão na cidade de Cascavel.

Tal medida trará sem dúvida enormes benefícios a população de Cascavel e em consonância àquele órgão pois estará cumprindo de maneira efetiva a causa a que se destina, ou seja a de dar atendimento previdenciário a seus credenciados.

Sala das Sessões, em 17 de maio de 1973.

(a) — Odilon Reinhardt.

JUSTIFICATIVA:

É indiscutível e irrefutável, o argumento de que Cascavel tem tido um impulso desenvolvimentista que lhe permite desejar que seu povo seja dotado de melhores condições, nos seus mais diversificados campos de atividades.

É por este motivo, que achamos por bem apresentar este requerimento, procurando atender a mais uma reivindicação daquela população que diuturnamente colabora para a expansão e o desenvolvimento de Cascavel.

Quando eramos Prefeitos de Cascavel através ato do executivo Municipal fizemos a doação de um terreno para que fosse construído no mesmo o próprio do INPS naquela cidade.

Esta doação foi realizada por volta de 1966-67, e estranhamente até a data de hoje não foi tomada nenhuma providência no sentido de se construir o prédio que alojará os diversos departamentos daquele órgão de previdência em nosso Município.

O número de filiados do INPS, em nossa cidade por si só justificam tal reivindicação.

É fácil constatar-se que, enquanto tal obra não seja realizada o atendimento médico e previdenciário em geral, para os inúmeros dependentes daquele instituto ocorrerá em caráter precário, pois inúmeras são as dificuldades que cercam tal atendimento.

Sabedores que somos da boa intenção dos administradores daquele órgão no sentido de proporcionar sempre e cada vez mais uma melhor forma de atendimento de seus dependentes, é que nos propusemos a alertá-los procurando mostrar-lhes a real necessidade da construção de prédio próprio daquele instituto em nossa cidade.

Pois somente através centralização dos diversos departamentos que compõem aquele órgão, terá o mesmo condições de proporcionar um atendimento efetivo e digno das reais necessidades dos que procuram aquele órgão.

Na certeza do bom senso que norteia aquela administração é que nos permitimos pedir aprovação deste requerimento aos nobres Deputados que compõem esta Assembléia, na certeza de estarmos encontrando êxito em mais uma empreitada em prol das milhares de famílias que de há muito anseiam por tal medida.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais requer à Mesa, após ouvido o Plenário a transcrição em Ata dos trabalhos de hoje do Artigo publicado nesta data pelo jornal "Gazeta do Povo" sob o título "O Porto de Antonina".

O ilustre Senhor Edgar Withers bem demonstra nesta matéria a grave situação que vem atravessando o Município de Antonina com o catastrófico esquecimento em relação a aquele importante ancoradouro.

Outrossim, dê-se ciência da decisão da Casa ao articulista, em Antonina.

Sala das Sessões, em 17 de maio de 1973.

(a) — Mauricio Fruet.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o ilustrado Plenário desta Casa, requer:

1.º — seja encaminhado expediente ao Senhor Secretário de Estado dos Negócios do Governo, solicitando-lhe o obsequio de informar a esta Assembléia Legislativa, o seguinte:

a) — se o Governo do Paraná já foi notificado oficialmente da intenção de o Governo do Estado do Rio Grande do Sul promover a extinção do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul?

b) — em caso positivo, qual a posição do Governo do Paraná em relação àquele pretensão do Governo Riograndense e se, tecnicamente há algum motivo que possa haver ensejado aquele designo governamental?

2.º — seja, desta decisão, também encaminhada cópia de inteiro teor do Senhor Secretário da Fazenda, para conhecimento.

Sala das Sessões em 17 de maio de 1973.

(a) — João Fadel

JUSTIFICATIVA:

As colunas especializadas da imprensa nacional tem veiculado com insistência, nos últimos dias, a divisão do Governo do Estado do Rio Grande do Sul em propor aos outros dois Estados associados — Paraná e Santa Catarina, — a extinção do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, órgão que há muito vem prestando relevantes serviços de financiamento e de orientação técnica para a implantação e ampliação de indústrias básicas ao fortalecimento da economia regional.

As notícias redigidas em termos de decisão final do Governo do Rio Grande do Sul, criaram muito justamente, entre o empresariado do Paraná um estado de espírito de expectativa pessimista pois que o referido órgão até o momento vem se desincumbindo muito bem da responsabilidade que lhe é atribuída financiar e fiscalizar a execução de um programa integrado de desenvolvimento para a região do extremo sul do País quer como agente repassador de recursos financeiros de organismos nacionais e internacionais quer como aplicador de suas próprias linhas de crédito em projetos de infraestrutura econômica e mesmo social, não se justificando, por isso, uma de-

cisão apressada e sem maiores consultas que determine sua extinção pura e simples, o que privaria o Paraná — sua indústria e seus comércio, — de um agente de alta credenciação técnica para captação daqueles recursos externos para financiar nosso desenvolvimento.

Por outro lado, há que se considerar que o Governo do Rio Grande do Sul não não tomara atitude extrema não tivesse razões ou fatos que o determinasse e, assim, é justo que o Governo do Paraná, cientificado ou não oficialmente daquela decisão promovesse a interpeção necessária para que desde logo e concretizada aquela vontade, houvesse possibilidade de nossos interesses serem efetivamente defendidos, com a absorção do capital do Estado incorporado àquele BRDE, para o Banco de Desenvolvimento do Paraná — BADEP, a fim de que não houvesse solução de continuidade na assistência técnica e financeira às empresas que atualmente mantêm contratos com aquele órgão regional.

Acrescentando que a pretendida extinção conflita frontalmente com a filosofia do Governo Federal que promove e incentiva a criação de Bancos de Desenvolvimento tenho por oportuna esta proposição e espero dos nobres Deputados seus honrosos e indispensável apoio.

Requerimento

Senhor Presidente:

A presença do Banco do Brasil numa cidade significa a integração da mesma ao progresso do País, pois graças as suas carteiras, especialmente a agrícola traz valioso impulso e benefícios aos habitantes.

Respalçado neste argumento e amparado nas disposições regimentais, o parlamentar que este subscreve, requer, após ouvido o Plenário seja endereçado um apelo ao Doutor Nestor Jost, Presidente do Banco do Brasil para que proceda com urgência os estudos e a instalação de uma agência daquele estabelecimento bancário na cidade de Terra Rica.

Terra Rica Município próspero do Noroeste, onde é intensa a atividade agro-pecuária e cafeeira, ressurte-se há muito tempo da presença do Banco do Brasil. Os agricultores e pecuaristas têm que procurar outras praças, para solicitar seus financiamentos o que lhes dificulta o trabalho. A agência de Terra Rica, além de beneficiar a cidade e Município, atenderá outras localidades vizinhas. Certos de que esta Casa apoiará nossa proposição e que o Presidente Nestor Jost sensibilizar-se-á e levará os benefícios do Banco do Brasil.

Sala das Sessões em 16 de maio de 1973.

(a) — Wilson Fortes.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Inicialmente e publicamente quero externar meu agradecimento ao brilhante jornal "Diário Popular" que na sua edição de hoje bondosamente fez referências a nossa atuação como Deputado e com palavras que muito nos sensibilizaram embora não sejam inteiramente justas as afirmações daquele jornal. Mas quero dizer à direção daquele importante órgão da imprensa paranaense, que não estou fazendo nada mais do que cumprir com minha obrigação, obrigação que assumi com o povo do Paraná e dizer que não menos brilhante é a atuação daquele jornal que tem defendido intransigentemente, os interesses populares. Fica aqui registrado meu agradecimento à direção do jornal.

O segundo assunto sr. Presidente, srs. Deputados, diz respeito ao convite que recebemos da Companhia de Saneamento do Paraná — SANEPAR para uma palestra que fará realizar hoje — já foi realizada na Federação das Indústrias do Paraná, palestra que versará sobre os seguintes temas: (1) Filosofia do saneamento, programa de obras da SANEPAR plano tarifário.

Convite para assistir conferência sobre plano tarifário. Nada disso interessa para nós. Para mim o que interessa é que o Diretor da Sanepar responda ao pedido de informações que fizemos, sobre o porque do aumento das tarifas de água de Curitiba. Se o Governo Federal no louvável esforço de conter a inflação no País, tem pressionado as classes produtoras no sentido de que nenhuma elevação seja superior a 12% no ano de 73, com relação aos preços vigentes em dezembro de 72 se tem recomendado a todos os Governadores e a todos os Prefeitos Municipais para que haja contenção dos gastos, e que impostos e taxas não sejam elevados além de 12%, a Sanepar teve o desplante de cobrar o do povo curitibano aumento de tarifas de água na ordem de 12 a 40%, conforme comprovante que tenho em mãos.

Encaminhamos pedido de informações para sabermos a razão daquele aumento.

Talvez ela tenha excepcionalmente recebido autorização do Ministério do Planejamento e do próprio Ministério da Fazenda, para que Curitiba se torne um caso especial, conforme as necessidades — fato que não temos conhecimento — e possa cobrar tarifas superiores às impostas pelo Governo Federal.

Mas até agora não recebemos informação nenhuma. Quer o Diretor da Sanepar que nós Deputados vamos assistir na Federação das Indústrias uma conferência sobre plano tarifário. S. Exa. quer colocar o carro adiante dos bois. Talvez a SANEPAR tenha razões sobejas para cobrar acima de 12% porque não creio que seja assim tão drástica a determinação do Governo Federal. Talvez se algum Estado comprovar a efetiva e real necessidade de aumento superior a 12%, talvez haja autorização — quem sabe seja este o caso da Sanepar.

Portanto, aguardo antes de mais nada uma resposta à informação solicitada.

Em terceiro lugar, sr. Presidente, srs. Deputados nós nos solidarizamos — eu em particular — com o Deputado Gabriel Manoel que na tarde de ontem apresentou uma queixa contra o diretor do Detran, sr. Marcos Prado. Houve realmente um desrespeito a um membro do Poder Legislativo, porque obtive informações mais seguras sobre o caso: um dos assessores do gabinete do Diretor do Detran em visita a este Poder Legislativo, deparou com o carro com a placa vencida e determinou que se multasse o carro, embora o Deputado tivesse apresentado documentação hábil e tivesse provado que foi licenciado para 73, porque a falta da plaqueta prendia-se ao fato de ter sido furtada.

Sei que o Deputado não tem privilégios, ele é obrigado a pagar impostos igual ao que é pago pelo povo. Não se justifica um Deputado com um carro com placa atrasada mas houve desrespeito a um membro desta Casa, desrespeito do qual não podemos nos queixar porque estamos levando pau deste governo há muito tempo em todas as Secretarias, em todos os Departamentos e não reclamamos à altura da dignidade do Poder Legislativo, pelo contrário

assinamos manifesto de solidariedade e de reconhecimento de uma pseudoliderança no Paraná. Não temos muito que nos queixar.

Diversas dúvidas foram levantadas quanto à atuação do sr. Marcos Prado à frente do Detran. Até hoje não respondeu nada sobre quem pagou a instalação dos novos semáforos em Curitiba. Fazem mais de trinta dias que solicitamos essas informações e até agora não recebemos nenhuma resposta.

A questão dos Exames Psicotécnicos que foram deferidos a uma entidade privada, até hoje não está convencendo muito porque, com raríssimas exceções o candidato à obtenção de uma carteira ou renovação da mesma necessita do Exame Psicotécnico. O candidato dirige-se à entidade particular que está procedendo os exames e, invariavelmente, é reprovado. Paga nova taxa responde da mesma forma da vez anterior e então é aprovado. Está se fazendo a indústria do psicotécnico no Paraná. Sabemos quanto isto reu deu e estamos averiguando algumas denúncias que nos foram trazidas para, então trazermos o caso a esta Casa, que vai estourar como uma verdadeira bomba, vai abalar os alicerces do governo se conseguirmos provar o que está se passando com o Exame Psicotécnico aqui no Paraná.

Portanto diversas descon siderações esta Casa tem recebido do Sr. Marcos Prado. Reconhecemos que é um homem de grandes méritos, estudioso no assunto, um homem que tem procurado acertar, mas temos que reconhecer que ele tem nutrido e manifestado verdadeiro desrespeito ao Poder Legislativo. Não aos Srs. Deputados mas ao Poder Legislativo que representa a voz do povo. Todas as arbitrariedades são cometidas naquele Departamento pois não admite sequer a defesa da pessoa prejudicada, não recebe os srs. Deputados e quando o faz é de má vontade. Apesar de tudo isto não houve uma reação desta Casa. Mas a culpa é exclusivamente dos próprios membros deste Poder Legislativo. Em vez de estarmos assinando manifestos gratuitos, deveríamos cobrar, isto sim, o atendimento, por parte do Governo às reivindicações populares. Este é o papel do Deputado. Não está ele aqui para o elogio fácil está aqui para cumprir os compromissos assumidos com o povo por ocasião das eleições.

Esta Casa vota ratificação de convenios, não se apercebendo que esses convenios afastam cada vez mais, o Deputado do povo, dos Prefeitos Municipais. Estamos dando e propiciando a implantação de um governo eminentemente técnico em prejuízo das verdadeiras reivindicações populares.

Podem observar os srs. Deputados que a Ordem do Dia de hoje constituiu-se em Projeto de Resolução ratificando convenios do Governo no Estado com as Prefeituras em matérias que seriam de exclusiva competência deste Poder Legislativo. Estamos delegando graciosamente nossas atribuições aos órgãos técnicos do Governo quando não votamos para que transformem Departamentos em Fundação que não tem nenhuma responsabilidade mais, de prestar contas dos dinheiros públicos geridos dessas cotações, ao Poder que representa o povo. Nós já votamos aqui a diversas Fundações, como Geografia e Terras e não sei o que mais, e não vou me admirar se chegar aqui Mensagem transformando a Secretaria do Governo, em Fundação; a Secretaria da Fazenda, em Fundação. Daí só nos resta um caminho: fechar as portas do Poder Legislativo e levar as chaves ao Professor Milton Menezes. É só o que falta nesta Casa. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Odilon Reinhardt.

O SR. ODILON REINHARDT — Sr. Presidente e srs. Deputados.

É sabido e quase é público e notório, o desenvolvimento pelo qual atravessa o Oeste do Paraná, uma região das mais progressistas do Estado notadamente o Município de Cascavel que, nestes últimos anos tem apresentado um índice de desenvolvimento que causa até espécie e admiração às próprias estatísticas que são ali formuladas.

No entanto, a par desse desenvolvimento, a par daquele afluxo populacional que vai aquela região existem deficiências, existem deficiências que devem ser sanadas notadamente no sistema previdenciário, dizendo mais respeito ao Instituto Nacional de Previdência Social — razão pela qual, apresentamos à consideração desta Casa e ilustres Pares, um requerimento em que solicitamos que seja instalado e construído em Cascavel a sede própria do INPS pois que, doado que foi, terreno àquele Instituto em 1966 quando éramos Prefeito daquela cidade, até hoje não foi ali construído.

Por esta razão, solicitamos o encaminhamento de requerimento ao Sr. Presidente daquele Instituto a fim de que Cascavel abrigue a sede daquele Instituto, que possa dar àquela região e a toda àquela população, o atendimento previdenciário de que precisa.

Mas, se tratando de previdência Social envolvemos também a questão que diz respeito diretamente ao problema saúde. E por dizer realmente o problema saúde, ontem tivemos ocasião de nos dirigir à Saúde Pública — e aqui queremos fazer um reparo, uma retificação, não seria bem o termo retificação, seria mais certo um esclarecimento ao pronunciamento feito aqui desta Tribuna pelo Deputado Iris Caldart quando afirmou em discurso aqui proferido, em pronunciamento feito em Cascavel, em pronunciamento feito na rádio local, de que teria sido ele o autor da solicitação feita à Secretaria de Saúde para que fossem enviados pela Central de Medicamentos, os medicamentos necessários, para serem distribuídos à população de Cascavel. E tivemos ontem a palavra do Dr. Ivan Fontoura assim como da dra. Beia, que nos informaram naquela oportunidade, que, a distribuição de medicamentos feita em Cascavel através da Central de Medicamentos, o foi única e exclusivamente em vista da determinação da própria Central de Medicamentos pelo seu Titular, dr. Wilson Aguiar, que determinou que todos os distritos sanitários do Paraná, em número de 20, fossem beneficiados, fossem aquiridos com a distribuição dos remédios fornecidos pela Central de Medicamentos.

E isso vai mais além — aquela autoridade, aquele Secretário afirmou-nos que num futuro bem próximo não só os Distritos sanitários, mas todos os Municípios do Paraná serão aquiridos com a distribuição de medicamentos fornecidos por essa Central de Medicamentos o que dá a entender, portanto, que inexistiu o apoio político a essa determinação existe isto sim, na determinação do Governo Federal que quer ver extirpado de uma vez por todas, a moléstia, o mal que impera no nosso Estado e no nosso País, dando assim oportunidade que a classe menos favorecida consiga junto ao Distrito Sanitário, medicamentos necessários para o seu tratamento. Era o esclarecimento que desejávamos fazer, a pedido do Sr. Secretário da Saúde, para que não paire dúvidas sobre quem foi o autor da distribuição, e de quem partiu o pedido de distribuição de medicamentos da Central do Paraná. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Antonio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Queremos reforçar aqui as palavras do ilustre Deputado Erondy Silvério a respeito da bagunça do trânsito, não apenas de Curitiba como também do Interior do Estado.

Abuso de poder, abuso de autoridade por parte dos homens que dirigem o DETRAN, é evidente que, não apenas com um membro deste Poder Legislativo, mas sobretudo com aquelas pessoas que necessitam de orientação ou mesmo de um julgamento por parte do DETRAN. Os acidentes aí estão em números bastante acentuados, há dias em que chegamos a ter mais de 15 acidentes apenas em Curitiba.

E hoje, vemos o DETRAN preocupado em controlar o trânsito de Curitiba através de um sistema de televisão. É uma verdadeira fortuna que o DETRAN vai aplicar, e não vai ser um aparelho para ver se o trânsito está errado ou não, que vai solucionar o problema do tráfego em Curitiba. Não sabemos quanto o DETRAN vai aplicar neste equipamento, o que poderá ascender à soma de 1 bilhão de cruzeiros antigos em equipamentos de televisão, que estão custando importância das mais elevadas. Gostaríamos de dizer, que ao invés de manter um esquema de televisão a circuito fechado para controlar o trânsito de Curitiba, evitar os acidentes com a construção de novos viadutos para facilitar o escoamento do tráfego. Para saber se o trânsito está descongestionado, basta o Sr. Diretor do DER permanecer nas ruas da nossa Capital, sem qualquer aparelho de televisão, e verificar realmente que as reclamações dos motoristas procedem. É verdade que a cada dia surgem no mercado novos e mais novos veículos, e há por isso necessidade de novos viadutos. É uma função que não está diretamente afeta ao DETRAN, mas como é um órgão público, o dinheiro deveria ser utilizado pelo Estado, visando desafogar o tráfego já tão congestionado de Curitiba.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaríamos pois de fazer um apelo à Secretaria do Trabalho, construída luxuosamente com tapetes, cortinas, ar condicionado, uma verdadeira babilônia gostaríamos de apelar aos responsáveis pela Secretaria do Trabalho, porque lamentavelmente os doentes que chegam diariamente do Interior do Estado, são obrigados a permanecer em Curitiba, 20, 30, 40, 50, 60 dias às vezes, para conseguir um exame, para não se falar em internamento, porque o Hospital Adauto Botelho está abarrotado de doentes mentais. O Estado deve conseguir com urgência novos hospitais de doentes mentais não somente em Curitiba como também nas cidades, centros de regiões, para evitar que o doente mental fique jogado pelas ruas das grandes cidades, e às vezes colocando até em perigo a vida de pessoas inocentes.

Também Sr. Presidente, elementos que precisam de uma operação, aquele que é pobre, não consegue. Vimos há tempos, uma instrução baixada, para todos os Prefeitos do Interior, para que não mandassem mais doentes para a Capital. O doente parece ser o grande inimigo, quando deveria ser olhado com piedade, com compaixão; os hospitais deveriam ser ampliados; seria esta a melhor publicidade para o Governo, para mostrar que no Paraná o dever está sendo cumprido; que os hospitais estão sendo ampliados; que o doente pobre não está jogado nas ruas, como vem ocorrendo. Às vezes com problemas até mesmo para o Deputado; porque aquele doente que vem em busca de um internamento via Deputado, ele volta decepcionado para o Interior e alguns até, pela sua simplicidade acabam não compreendendo que a má vontade não foi do Deputado e que também não é dos hospitais; que boa vontade há por parte dos responsáveis pelos hospitais; mas o número de hospitais é pequeno, insuficiente; há muitos anos o Governo não constrói um novo hospital, enquanto vai avolumando o número de pessoas desamparadas, de homens da lavoura, de homens desempregados ou de homens que não tem recursos para pagar uma operação, um internamento.

E o preço cobrado também pelos hospitais, é dos mais absurdos. Vimos estes dias uma clínica de Curitiba cobrando por um parto normal, de uma senhora que permaneceu menos de 70 horas, 1 mil e 700 cruzeiros. Ficamos assustados com o preço e muita gente chegou até a dizer que estava barato em vista do que cobram os outros hospitais. O pobre não tem mais condições de acesso a um hospital, porque aquele que vive de um ordenado modesto, baixo, jamais terá condições para pagar um hospital; não em Curitiba, mas em qualquer outra cidade do interior, morrendo doentes, às vezes na porta dos hospitais por falta de dinheiro. E seria este o melhor trabalho da Secretaria do Trabalho, deixar de usar tanto luxo em sua sede e dar mais atenção para o trabalhador pobre. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Para falar no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Maurício Fruet.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Sr. Presidente, exmos. Srs. Deputados.

Na sessão da última terça-feira, o Deputado Muggiati Filho, desta Tribuna, em discurso que marcou uma denúncia já refletida pela Bancada do MDB no Congresso Nacional, afirmou que, infelizmente em nosso País existem sérias limitações à liberdade de imprensa.

O discurso do Deputado Muggiati Filho, Presidente do MDB no Estado do Paraná, transcrevia pronunciamento feito no Congresso Nacional, quando se denunciava pressão contra o jornalista Carlos Chagas do "Estado de São Paulo" e ao mesmo tempo se mostrava permanente nos jornais "Estado de São Paulo" e "Jornal da Tarde", a censura utilizando e publicando apenas as notícias que interessam àquela censura.

Foi dito no mesmo pronunciamento que muitas vezes uma notícia censurada na véspera tem sua autorização concedida em edição seguinte; e isso se devia ao estado momentâneo e psicológico do censor, muitas vezes levando em consideração o grau de cultura do mesmo e muitas vezes refletindo até o sentimento e o estado íntimo no instante em que efetua esta censura.

A matéria e todo o discurso do Deputado Muggiati Filho foi encaminhada ao "Estado de São Paulo", à redação daquele jornal, após a matéria já estar composta e, inclusive, paginada na quarta parte daquele matutino na edição de ontem. Houve então a presença da censura proibindo a divulgação da aquele pronunciamento.

Não poderia deixar, nesta Tribuna, de mais uma vez repetir esse fato que só vem, de certa forma e sob todos os aspectos, confirmar as denúncias efetuadas pelo MDB de que infelizmente, de que realmente há censura neste País, censura que limita a liberdade e as atribuições da imprensa brasileira.

Era este o registro que não poderia deixar de consignar na Ata dos trabalhos da sessão de hoje.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência tem a satisfação de anunciar a presença, em Plenário, do Sr. Francisco de Souza, líder jesuíta do Distrito de Formosa do Oeste.

Passa-se ao Grande Expediente, e concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Iris Caldart.

O SR. IRIS CALDART — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A minha presença nesta Tribuna é para tratar de um grave e muito sério problema que reside eternamente na Região Oeste do Paraná.

Entretanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, antes de responder ao Deputado Odilon Reinhardt a intervenção que acabou de fazer desta Tribuna, dizendo a S. Exa. que não sou o autor de coisa nenhuma na vida politico-administrativa da Região Oeste do Paraná, muito menos em Cascavel. Os autores de todas as atividades político administrativas daquela região são outros, inclusive S. Exa., que foi Prefeito de Cascavel.

Eu explico, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Há três dias, quando ocupava esta Tribuna para fazer um veemente apelo ao Governador do Estado, ao Sr. Ministro dos Transportes e ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que se estudasse, verificasse, equacionasse e solucionasse o cruscante problema de estradas daquela região, completamente, totalmente e indelmente abandonadas, fui interpelado pelo nobre Líder da ARENA o qual disse que o Governo não estava ausente daquela região, porque eu comparecera junto ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Saúde, agradecendo a S. Exa. a presença naquele Município, ocasião em que levava para aquela cidade medicamentos. E eu respondi o parte do nobre e respeitável Líder do Governo nesta Casa, dizendo que eu estava aqui tratando do problema de estradas, reclamando a solução do cruscante, do eterno problema das estradas daquela Região, porque existem trechos de estradas completamente intransitáveis e fechados, porque lá, há dois anos e meio, caiu uma ponte e ainda não foi reconstruída; porque lá estão estradas abertas a casco de burro, nos idos de mil novecentos e antigamente. Essas estradas foram melhoradas pelos "jeeps" com tração nas quatro rodas, e nada mais. E aqui estava tratando de um problema diferente, mas no setor de saúde, disse que havia recebido o Sr. Secretário da Saúde quando S. Exa. esteve em Cascavel e se dirigiu à Prefeitura, eu estava lá, tratando com o Sr. Prefeito Municipal e com os Vereadores, da instalação de uma indústria de papel que será levada aquela cidade por um grupo de japoneses: S. Exa., como já disse, foi à Prefeitura e eu agradei, naquela oportunidade, em nome do Sr. Prefeito Municipal, a remessa de remédios àquela localidade. E aduzi mais, que há 40 dias, entrei em contato com S. Exa. na Secretaria de Saúde, juntamente com o Sr. Prefeito Municipal de Catanduvas, e verifiquei que Cascavel não estava incluída na distribuição de medicamentos. Fiz um apelo a S. Exa. mostrando que Cascavel é uma cidade que muito tem contribuído para o progresso do Estado, e S. Exa., imediatamente, fez incluir Cascavel no plano de medicamentos.

O Sr. Odilon Reinhardt — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado, nós, como V. Exa., somos Representantes de uma região nova, o Oeste do Paraná, razão porque nos solidarizamos com V. Exa. quando pede um sistema viário conveniente para dar vazão às riquezas daquela Região. No entanto, não podemos concordar com V. Exa., e o fazemos em nome do Sr. Secretário da Saúde e dizer que a escolha de Cascavel para sede do Distrito Sanitário partiu diretamente da direção da Central de Medicamentos. Primeiramente, foi feita uma seleção com base no ICM, e foram incluídas vinte sedes de Distritos no Paraná. Razão porque não temos motivo para duvidar das afirmações de S. Exa., o Sr. Secretário de Saúde. E foi a pedido dele que viemos fazer este esclarecimento à Assembleia Legislativa e à população do Paraná, notadamente a de Cascavel.

Com referência ao sistema viário, V. Exa. tem toda razão. Porque, exatamente há sete anos é que Cascavel ficou conhecida para o Paraná e para o Brasil. E em virtude do afluxo populacional não deu não permitiu que chegassem benefícios evidentes àquela Região.

Muito obrigado.

O SR. IRIS CALDART — Obrigado. Mas, quero registrar, nobre Deputado, que quando S. Exa. o Sr. Secretário da Saúde manda dizer que eu não sou o autor dessa entrega de medicamentos, eu concordo, porque eu não sou autor de coisa alguma na administração estadual ou municipal.

O Sr. Odilon Reinhardt — V. Exa. permite um aparte?

O SR. IRIS CALDART — V. Exa. afirmou aqui que eu não sou o autor da entrega de medicamentos. Bem ouvi e os colegas também.

O Sr. Odilon Reinhardt — O Sr. Secretário não mandou dizer, apenas pediu para ser transmitido à Assembleia e ao povo do Paraná.

O SR. IRIS CALDART — Interpretação que bem apraz a qualquer um. Entendi que eu não sou o autor da entrega de medicamentos. De fato não sou. Fiz um apelo, sou Deputado da Oposição, tive a coragem, o desassombro, a polidez, a delicadeza e a honestidade de receber S. Exa. em Cascavel. Agradei em nome do Município de Cascavel aquela entrega de medicamentos. Não tenham dúvidas S. Exas. e nenhum Sr. Deputado, sempre que se concretizar um benefício uma realização em torno de minha região e do Estado do Paraná e do Brasil, estarei aplaudindo sempre, em qualquer circunstância.

Sr. Presidente, estou na Tribuna, hoje, especificamente, para tratar de um problema muito sério, muito grave, cruciente até da região Oeste do Paraná, para o qual eu peço atenção, a compreensão e o testemunho do nobre Deputado Odilon Reinhardt, que é representante daquela região também, e dos demais Srs. Deputados.

Formulei um requerimento que está vasado nos seguintes termos: (Lê)
"Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após, ouvido o Plenário, Considerando:

1) — Que a Região Oeste do Estado do Paraná se constitui hoje numa das mais ricas e promissoras do Brasil, mercê a notável exuberância de seu solo, sua topografia e o trabalho dedicado e profícuo de mais de um milhão de habitantes;

2) — Que esta Região, com extraordinárias colheitas de cereais, influi consideravelmente na economia nacional, somando-se o grande volume de extração e industrialização de madeira, em grande parte exportado para o exterior; e, ainda, expressivo volume de produção de suínos e bovinos.

3) — Que ainda perduram intermináveis e tristes litígios de terras, focos de encarniçadas e sangrentas lutas fratricidas enlutando a região, pondo entaves no melhor e maior progresso.

4) — Que, em quase todos os vinte Municípios da referida região existem glebas inteiras, de um, dois, três, e até mais mil alqueires com sua situação domínial irregular, confusa e contraditória, geralmente com títulos de domínio expedidos sobre a mesma área pela União e pelo Estado do Paraná, notadamente em favor de grupos econômicos e pessoas que fazem disso um fator de vultuosas transações comerciais, mas que tais áreas se encontram povoadas por posseiros ou intrusos sem títulos domínial; Daí os violentos choques armados e o resultado da morte de centenas e centenas de pessoas; — colonos, jagunços, pistoleiros, proprietários e policiais;

5) — Que tantos e tão complexos problemas não encontram soluções nos fóros judiciais, pois, aí, eternizam, e mais, servem para o seu agravamento;

ainda mais se tendo em vista os conflitos de competência — Fôro Federal ou Fôro Estadual;

Respeitosamente.
Requer

seja formalizado, por esta Casa de Leis, veemente apelo, com profundo sentido humano e patriótico, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República no sentido de que determine providências inadiáveis e enérgicas a que se estude, se equacione e se resolva tão grave e angustiante problema de indesejável sentido e caracterização social.

Outrossim, este mesmo apelo seja enviado ao Excelentíssimo Senhor Comandante da 5.ª Região Militar e aos Senhores Prefeitos Municipais de Catanduvas, Cascavel, Capitão Leônidas Marques, Céu Azul, Toledo, Palotina, Assis Chateaubriand, Matelândia, Medianeira, Santa Helena, São Miguel do Iguaçu e Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 17 de maio de 1973".

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Não quero, de forma nenhuma, trazer polêmica para esta Casa, mas o meu requerimento encerra a mais incontestável das verdades. Naquela região temos os Municípios de Cascavel, Céu Azul, Medianeira, Santa Helena, São Miguel do Iguaçu, Foz do Iguaçu, Palotina, Toledo os quais possuem milhares de alqueires de terras fabulosas, que fornecem as mais notáveis condições de serem trabalhadas para gerar recursos à nossa combatida economia estadual e nacional, que, humilhantemente, deve ao exterior a importância de dez milhões de dólares. Uma economia fabulosa poderá ser arrancada daquela Região.

Entretanto, milhares e milhares de lotes lá estão em situação ilegal. São terras que, através de título expedido pelo Governo do Estado são de propriedade de certa pessoa; através de título expedido pela União são de outra pessoa. As vezes essas mesmas terras são ocupadas legitimamente por possesores, ou intrusadas por aventureiros. Daí é que geram os mais graves e sérios conflitos. Todas as semanas temos notícia por jornais da região, da Capital, de Londrina, pelo rádio que muitas pessoas derramaram seu sangue na disputa da posse da terra.

Fico Srs. Deputados bastante chocado e confuso, ainda mais quando me lembro que a Presidência da República tem o Ato Institucional n.º 5, o AI 5 nas suas mãos e, com um simples decreto poderia já há muitos anos ter resolvido o problema de terras do Oeste do Paraná e assim tendo sido poupadas centenas e centenas de vidas nos entrelhos, nas disputas e nas lutas pela posse da terra. Isto até hoje não foi feito.

O meu requerimento não tem nenhum sentido polêmico, não tem nenhum sentido malfazejo, não tem nenhuma intenção de criticar ou de trazer o desassossego entre o Poder Público, nem de fazer com que alguém na Tribuna pense, diga ou tenha a idéia ou o pensamento que eu esteja fazendo política. Srs. Deputados. Eu não preciso do problema de terras para fazer política, não tenho essa intenção, até digo mais: se se resolvessem os problemas do Oeste do Paraná para mim a mais importante Região do Paraná hoje, proporcionalmente se se resolvessem os graves, sérios e cruentos problemas de terras por exemplo naquela Região, eu seria um homem realizado, eu até trocaria uma possibilidade de vir a pleitear uma reeleição ou a continuidade de homem público, se o Governo do Estado e o Governo da União nos desse a solução desse problema, em nossa Região.

O Sr. Maurício Fruct — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Deputado Iris Caldart, os objetivos proclamados no requerimento que V. Exa. submete à apreciação desta Casa, é acima de tudo um objetivo patriótico porque V. Exa. está defendendo desta Tribuna os interesses daqueles que, com suas famílias laboram nas promissoras e férteis terras do Oeste Paranaense mas que, infelizmente, por falta de uma melhor atenção dos Poderes Públicos constituídos notadamente no aspecto jurídico de legitimação dessas terras, não tem a necessária tranquilidade e constantemente são muitas vezes envolvidos em incidentes lamentáveis e lamentados por todo o povo do nosso Estado.

Portanto V. Exa. está apenas e patrioticamente dando a esta Casa a oportunidade de, se aprovado este seu Requerimento, buscar uma solução que venha de encontro aos interesses daquelas famílias que com trabalho com amor e com sacrifício são responsáveis por uma grande parcela do crescimento do nosso Estado e da nossa Nação.

O SR. IRIS CALDART — V. Exa. vem efetivamente dar ainda maior sentido aquilo que nos propomos na Tribuna. O problema realmente é muito sério, muito grave porque numa mesma gleba ele envolve o posseiro ou o intruso, o proprietário com título da União ou o proprietário com título do Estado. Até hoje não se fixou naquela Região a competência de titulação daquelas terras porque se diz, de um lado, que o título válido é aquele expedido pela União, em razão da região estar compreendida dentro da faixa de fronteira — se diz, de outro lado, que o título expedido pelo Estado é o verdadeiro porque as terras seriam, eram terras devolutas e a competência era do Estado. Este fato gera uma outra controvérsia e grave porque então, se o título é de expedição da competência do Estado do Paraná, o litígio decorrente deve ser discutido nos foros da Justiça Estadual, mas, se entende por outro lado que dava ser discutido nos foros da Justiça Federal, porque a competência de expedição seria da União em razão daquela região estar na faixa de fronteira.

Então o problema existe. Eu não busco e não discuto a origem e a competência, não discuto e não acuso e não inocento quem quer que seja, não inocento e não culpo aquele que entrou na terra com a intenção de se aquinoar de uma porção de área, para se instalar para criar a sua família para tirar dela o seu sustento e de seus filhos.

É um problema que existe, muito sério e muito grave e que o Deputado Odilon Reinhardt é testemunho, que não raro, comumente, constantemente ali, aquelas terras são manchadas de sangue ora o policial, ora o proprietário, o intruso, o posseiro, eterno problema que já se prolonga, se eterniza, e aquela região terá esse entrave no completo e total desenvolvimento de produção para a geração e a riqueza da nossa Pátria.

O Sr. Odilon Reinhardt — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Sr. Deputado Iris Caldart, inegavelmente, o Requerimento ora apresentado por V. Exa., merece o meu aplauso e o aplauso de toda a Casa. Porque já fizemos em data anterior, um Requerimento com os mesmos objetivos, solicitando na oportunidade que as autoridades federais olhassem para o problema de terras do Oeste do Paraná. Mas agora me permitiria, nobre Deputado, incluir este vosso Requerimento, se V. Exa. achar por bem, que dele tomasse conhecimento também o Instituto Nacional de Colonização da Reforma Agrária, porque creio como sendo uma área diretamente ligada à fronteira, seria interessante que o INCRA tomasse conhecimento do problema. E mais do que isso, como disse V. Exa. que estas terras são exuberantes, estando diretamente o problema ligado ao INCRA, deveria ser levado ao conhecimento também do Ministério da Agricultura para que tomasse providências neste sentido. E mais ainda, Sr. Deputado, que fosse dado conhecimento tam-

bém à Casa Civil da Presidência da República que teria uma solução direta do Presidente da República, ao tomar conhecimento deste nosso Requerimento que chama atenção principalmente, por ter sido solicitado por um Deputado do MDB, que conhecendo os problemas daquela região, o procura solucionar com urgência. Razão pela qual, eu solicito a V. Exa., Deputado Iris Caldart, que inclua este nosso Requerimento, para conhecimento deste Departamento, deste Ministério e da Casa Civil da Presidência da República. Muito obrigado.

O SR. IRIS CALDART — É evidente, nobre Deputado, que tudo aquilo que venha reforçar, que venha esclarecer ou até modificar a minha presença nesta Tribuna e as minhas expressões é evidente que de muito bom grado, eu o aceito, porque eu, V. Exa., e os nobres Deputados desta Casa, o que queremos realmente, é a solução do problema, que queremos e esperamos há muitos e muitos anos.

Então, concordo plenamente com V. Exa., em dirigir o meu apelo diretamente ao Sr. Presidente da República, porque apelos idênticos já foram feitos inúmeros ao Instituto de Colonização de Reforma Agrária (INCRA), ao Ministério da Agricultura ou então ao Departamento de Geografias, Terras e Colonização, ou então ao Governador do Estado, e à inúmeras autoridades que estão afetas ao problema, e dirigindo também um Requerimento diretamente ao Sr. Presidente da República que naturalmente, através dos seus assessores, tomará conhecimento deste angustiante e momentâneo problema. Determinaria S. Exa. a quem de direito, no caso o INCRA, o Ministério de Agricultura ou quem de direito, determinaria S. Exa., se sensibilizasse com o problema, que se desse, que se procedesse um estudo no equacionamento do problema. Porque sinceramente, eu não vejo outra solução, nobre Deputado, V. Exa. que já advogou no Oeste paranaense eu que também advogo naquela Região, sabe V. Exa. os nossos Requerimentos vão para as calendas. Temos casos por exemplo, no Oeste paranaense, de uma decisão de última instância. O Acórdão está lá, passado para ser cumprido. O Juiz de Direito requisita força para cumprimento do mandado, o Delegado de Polícia nega a força, porque não tem uma determinação do Sr. Secretário de Segurança do Estado, para que todos os casos deste gênero sejam solicitados através da Secretaria da Segurança.

E agora, ultimamente, o Juiz de Direito encaminha este pedido através do Tribunal de Justiça e o Tribunal solicita ao Secretário de Segurança e aí "jamais" se resolve o problema. A Justiça é inoperante para a solução de tantos e tão graves problemas que assolam aquela região e que vão gerar como consequência, a morte de milhares de pessoas que já morreram pela disputa da terra, além do gravíssimo problema social, como também sócio-econômico. Milhares e milhares de alqueires que estão lá sem produzir, sem gerar, sem construir riqueza para os seus posseiros, para os Municípios, para o Estado e para a União. Esta é uma grande verdade.

Sabe o nobre Deputado Odilon Reinhardt que existem de origem da União que estão superpostos a títulos expedidos pelo Governo do Estado, como é o caso daquela faixa de terra, que nós conhecemos, lá da Gleba Guairacá, que sai da cidade de Cerro Azul e vai até quase as barrancas do Rio Paraná. Uma enorme faixa de terras com títulos do Estado que estão superpostas, com títulos do Estado que estão superpostos com títulos da União ou vice-versa. Um dos títulos está errado. Então, porque o INCRA um órgão do Governo, até hoje não traçou uma linha, não separou, não dividiu, não diz, não determina não resolve, não decide quais são os verdadeiros títulos. Porque o GETSOP, Comissão Mista, Estado e União, no Sudoeste do Paraná, que o Deputado Ivo Tomazoni, conhece e nós conhecemos, resolveu o problema naquela Região em pouco tempo. Um problema semelhante como o da Gleba São Francisco em Cascavel, que tem lá 3.800 alqueires de terra, cujos títulos foram expedidos em favor de um grupo econômico de São Paulo e nesta gleba lá estão mais de 1.800 famílias de posseiros. Porque existindo um problema social tão grave, e tão sério que lá já morreram tantas pessoas, dezenas de pessoas morreram; é o policial, é o posseiro, é o sujeito que se diz dono da terra, de um lote de 100 alqueires, que adquiriu desse grupo econômico; e não se resolve o problema social grave, crescente, que destrói vidas e vidas, além de trazer o entrave do desenvolvimento econômico. Porque não se desapropriou esta área? O instrumento existe, a lei. Desaproprie-se esta área. Deposite-se um valor correspondente mínimo e quando houver uma solução do problema no caso de que se venha a discutir em juízo, o valor da terra, enquanto isso, o Governo toma posse da terra, disciplina, divide em lotes, resolve o problema dos posseiros, acaba com a mortalidade, traz a tranquilidade à região e a região produz, e a Pátria ganha com isto.

O Sr. Ivo Tomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Iris Caldart, é uma satisfação dialogar com V. Exa. num dos assuntos mais importantes que envolvem e que emperra o desenvolvimento das ricas e prósperas regiões do Oeste e Sudoeste do Paraná; sei que V. Exa. sempre foi um apaixonado deste problema. Conhecedor profundo também das suas implicações. Mas, devo, Sr. Deputado, dizer que o Governo fez várias tentativas, para mim válidas, procurando a solução de tão cruciente problema. Nobre Deputado, lembro a V. Exa. que na década 50-60, onde os problemas foram mais violentamente discutidos na forma de sua solução, geraram consequências tão graves que culminaram com os decretos do então Presidente da República, Jânio Quadros, visando, por interesse social a desapropriação de extensas áreas, como aquela da gleba Missões e Chopim, que é um exemplo que ficou para o Paraná e para o Brasil, como única fórmula de resolver em definitivo o problema.

O SR. IRIS CALDART — Perfeitamente. Grande solução.

O Sr. Ivo Tomazoni — Daquela solução dada por um grupo misto Paraná-União tivemos não só a pacificação da área, mas a valorização da propriedade, o estímulo à produção, o progresso que se implantou, porque o então posseiro constituiu-se em proprietário beneficiando-se, com o título, de todos os benefícios que o Governo passou a prestar à comunidade agrícola. Mas, nobre Deputado, veja como as coisas são difíceis. No Governo Ney Braga, o Governador, alegando dificuldade em consentir o Governo da República para solução idêntica em outras glebas, criou junto ao DGTC um órgão que teve a denominação de Conselho de Desapropriação e Colonização. Esta Assembleia votou dando recursos para que esse órgão tivesse condições numa economia rotativa por interesse social, desapropriando, vendendo, o dinheiro voltaria ao fundo rotativo, desapropriaria outras áreas por interesse social, para resolver o problema que havia sido criado especialmente no ano de 56 até janeiro de 61. Mas, com o advento da Revolução, com a ampliação da faixa considerada essencial ou vital para o interesse nacional, quando o Governo da República intitulou-se proprietário de toda a porção de terra situada dentro da faixa de 160 km, o Governo do Estado teve problemas imensos para equacionar a questão. Desta Tribuna fizemos, eu e outros Deputados, violentos pronunciamentos reivindicatórios de soluções. No Governo do então Presidente Costa e Silva, autorizou-se no Paraná, numa visita que S. Exa. fez a Curitiba, um protocolo através do qual chegou-se à assinatura de convênio que criou uma Comissão Mista — COFIPAR —, integrada por elementos do Governo Federal, do en-

ão IBRA, hoje INCRA e homens do Governo do Estado, do DGTC, na Fundação de Colonização e Imigração que existia no Paraná. Mas, a decepção do paranaense foi no Governo do Sr. Haroldo Leon Peres, quando se verificou que a COFIPAR, nos termos do convênio, não tinha autoridade decisória do problema. Sua função era levantar o problema e informar ao Ministério da Agricultura, sugerindo soluções. Como o Governo da época verificou a falta de autoridade nos termos do Convênio, a COFIPAR passou a não funcionar. No Governo já do Sr. Parigot de Souza procurou-se dinamizar a solução. E o Coronel Clóvis Cunha Viana, então Diretor do DGTC, em sucessivas viagens à Capital da República, em entrevista várias com a Chefia da Casa Militar com a Chefia da Casa Civil, encontrou a solução, ou a pretensa solução: transformar o DGTC em Fundação Instituto de Terras e Cartografia do Estado, para dar a este órgão a maleabilidade possível para um novo convênio então com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. E eu me lembro da polémica que se estabeleceu nesta Casa com a transformação do DGTC em Fundação. Mas a tese governamental prevaleceu. E aí está a Fundação Instituto de Terras. E novo convênio foi celebrado. E deste novo convênio, as primeiras medidas estão sendo realizadas no Município de Chopinzinho, em área litigiosa.

Veja V. Exa. como agora, o Governo do Estado pretende valer-se deste novo Instituto para dar uma solução a este angustiante problema. Mas já estamos sabendo que esbarraremos com outros problemas de ordem legal. Porque diz o Poder Público parece-me que sabiamente, tão logo a porção de terras seja titulada, foge a solução do problema da competência administrativa para passar à alçada judiciária. E V. Exa. disse bem que quando a Justiça decide o Estado se julga...

O SR. IRIS CALDART — O Poder de polícia se sobrepõe.

O Sr. Ivo Tomazoni — ... mas, infelizmente, teremos um caminho só, seria a intervenção federal para cumprimento da medida. E ninguém, até hoje chegou a tanto. Mas, V. Exa. está pisando uma tecla válida. Só vemos uma solução: a desapropriação por interesse social.

O SR. IRIS CALDART — Não há outro.

O Sr. Ivo Tomazoni — Existe outro. V. Exa. está com a tese válida, merece o apoio total da Assembléia Legislativa do Estado. Não cabe outra medida, porque se nós discutirmos qual o título que tem maior validade, se o expedido pela União, ou o expedido pelo Estado, teremos que nos ater a outro: o expedido pelo Governo Republicano, em 1.891, e que foi o título originário. Depois deste temos mais dois títulos, existe o possessor, aquele que habita a terra.

O SR. IRIS CALDART — O direito por usucapião.

O Sr. Ivo Tomazoni — Exatamente. Daí, Sr. Deputado cumprimentar V. Exa. e dizer que o apelo de V. Exa. tem o apoio total de nossa parte, da Casa, porque deve-se apelar para uma solução humana.

O SR. IRI SCALDART — Mas, há uma gleba que não deixa nenhuma explicação, nenhum entendimento, como é o caso da gleba de Guairacá. São glebas de títulos do Estado que se sobrepõem a um título da União. Mas aqueles que possuem um título da União ainda se deram ao desprante de uma divisa passar em determinado sentido e ser ela arrancada para 8 10, 12 ou 20 km. a Sul. Então, aquele cidadão com uma escritura de 800 colônias — como dizem lá — ou 8 mil alqueires, está colonizando 16 ou 20 mil alqueires. E o caso de títulos lá em São Miguel do Iguaçu, na Gleba Itaporá, onde um cidadão conseguiu, a título precário, um título da Fundação de 500 ou 600 alqueires. Esse cidadão está colonizando 2 mil e 800 alqueires. E dizem até que ele tem um cartório para fazer as escrituras.

O Sr. Hélio Manfrinato — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). V. Exa. na tarde de hoje, fala muito bem a respeito do problema do Oeste paranaense. Com referência à Gleba Itaporá que V. Exa. se referiu, existe, na realidade um cartório forjando escrituras. E o cartório do Sr. Marcos Costa. Não sei se o INCRA tem conhecimento disso e todos os meses ele vende as mesmas terras, quase duas vezes por mês, como é o caso que tive conhecimento há 15 dias. Pergunto, onde está a autoridade neste sentido? No distrito de São Miguel do Iguaçu está forjando escrituras, enganando o povo e não há justiça para os proprietários.

O SR. IRIS CALDART — Mas este é um dos muitos casos. Casualmente estava me referindo a isso. Fui informado, não quero trazer polémica e acusar pessoas, empresas, quem quer que seja porque o problema existe, está lá, tem pessoas que têm uma escritura de mil alqueires, mas tem mil pessoas lá dentro. Não é só essas pessoas que têm essa escritura, tem outras pessoas que têm escrituras expedidas pelo Estado. Títulos expedidos pelo Estado. Não é só a dualidade de títulos dominiais, é mais ainda os posseiros e mais ainda os intrusos, aqueles comerciantes de posse que vêm de uma região, se infiltram, abrem uma posse, vendem, vão adiante, fazem outra posse, vendem etc.

Então como diz o Deputado Tomazoni, uma desapropriação, uma regularização do problema através de um meio legal que o Governo tem em mãos, muito fácil, fácil de ser resolvido, porque não se fez isso até agora?

Concordo plenamente com a sugestão do Deputado Odilon Reinhardt, para que se inclua esse apelo, no Requerimento ao Ex.º Sr. Ministro da Agricultura e ao Sr. Presidente do INCRA, Instituto Nacional de Colonização.

Era, Sr. Presidente, a nossa interferência na data de hoje. Termino para dizer, repetindo as palavras do Presidente da República, ditas no dia 30 de outubro de 1969, "espero que a oposição nos honre com o cumprimento do seu dever. Apontando erros, aceitando acertos e indicando caminhos, fiscalizando e fazendo sua escola de democracia, dignidade e respeito".

Isso, Srs. Deputados, nós temos na nossa consciência e no nosso coração. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 37 Srs. Deputados.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — (Pela ordem) — Sr. Presidente, aparentemente, parece que não existem 31 Srs. Deputados presentes. Assim sendo, solicito chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE — Defiro o Requerimento, porém antes quero solicitar ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados. Quero registrar a presença em Plenário, do Sr. Presidente da Câmara de Jaguapitã, Sr. Levi Vieira.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).

Responderam à chamada 25 Srs. Deputados. Há quorum para prosseguimento da Sessão.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 166-71, de autoria do Dep. Wilson Brandão, que cria na sede do Município de Dr. Camargo, um Ginásio de Comércio para funcionar no ano letivo de 1972. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. com substitutivo — **Aprovado, pelo Substitutivo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 12-71, de autoria do Dep. Francisco Escorsin, que cria, na cidade de São Jerônimo da Serra, Município do mesmo nome, uma Escola Normal Colegial, com funcionamento a partir de 1972. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 146-71, de autoria do Dep. Domício Scaramella, que cria um Ginásio Estadual no Bairro Rio da Areia, Município de União da Vitória, para funcionar no ano letivo de 1972. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 146-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar, no Bairro Rio da Areia, da sede do Município de União da Vitória, um Ginásio Estadual, para funcionar no Grupo Escolar Astolfo Macedo de Souza a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de julho de 1971.

(aa) Domício Scaramella — Deputado

JUSTIFICATIVA:

Objetiva o presente Plano de Lei dotar um populoso bairro da cidade de União da Vitória, de melhores condições à população estudantil e que se resente de número de vagas suficiente para prosseguir nos estudos.

Trata-se, por outro lado, de zona eminentemente industrial, o que por si só justifica a apresentação deste Projeto de Lei, pois é justamente às classes mais humildes do povo que o Estado deve dirigir com mais cuidado a sua atenção.

Nestas condições, apresentamos a presente Proposição à consideração de nossos ilustres Pares, esperando se lhe dê o necessário apoio, e, no final a sua aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 146-71

AUTOR: — Dep. Domício Scaramella

SÚMULA: — Autoriza a criação de ginásio.

PARECER

1. O presente projeto, subscrito pelo nobre Dep. Domício Scaramella, objetiva autorizar o Poder Executivo a criar um ginásio no bairro de Rio da Areia, na sede do município de União da Vitória, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

2. Nada impede a aprovação do projeto em referência, do ponto de vista legal, tanto mais por se tratar de mera autorização legislativa.

Pela aprovação, é o parecer.

Sala das Comissões, em 29 de setembro de 1971.

(aa) Wilson Brandão — Presidente

Gilberto Carvalho — Relator

Emílio Carazzai

Muggiati Filho

Candido M. M. de Oliveira

Sebastião Rodrigues

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 146-71

AUTOR: — Dep. Domício Scaramella

SÚMULA: — Cria um Ginásio Estadual no bairro da Areia no Município de União da Vitória, para funcionar no ano letivo de 1972.

PARECER

De alto alcance quanto ao mérito, a presente proposição, principalmente em se tratando de criação de escolas no interior do Estado.

Do ponto de vista financeiro, não traz nenhuma implicação, é matéria meramente autorizatória.

Curitiba, em 14 de outubro de 1971.

(aa) Leopoldo Jacomet — Presidente

Gabriel Mancel — Relator

Santos Lima

Ovídio Franzoni

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE LEI N.º 146-71

AUTOR: — Dep. Domício Scaramella

SÚMULA: — Autoriza a criação de ginásio.

PARECER

1. Visa o presente projeto de lei, autorizar o Poder Executivo a criar, na sede do Município de União da Vitória, um ginásio estadual, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

2 A Educação é um dos do Poder Público, um investimento que a longo prazo, proporciona lucros fabulosos, no desenvolvimento e enriquecimento de qualquer Estado.

3 — Desta forma, somos pela aprovação deste plano de lei.

S.M.J., é o parecer.

Sala das Comissões, em 3 de abril de 1973.

(aa) Antonio Lopes Junior — Presidente

Alvaro Dias — Relator

Rosario Pitelli

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 46-73, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 32-73, encaminhando Anteprojeto de Lei que visa majorar o valor das pensões mensais de que tratam as leis n.ºs 4763, de 5-11-63 e 54-63, do mesmo ano e Artigo 2.º, da Lei 5.155, de 16.6.65. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. em regime de urgência. Com Substitutivo. Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 46-73

MENSAGEM N.º 32-73

Curitiba, 27 de março de 1973

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que visa majorar o valor das pensões mensais de que tratam as leis n.ºs 4.763, de 5 de novembro de 1963 e 54-63, de 22 de novembro do mesmo ano e art. 2.º, da lei n.º 5.155, de 16 de junho de 1965.

O Plano de Lei ora submetido a essa Augusta Casa é altamente significativo e consulta plenamente aos superiores interesses da Administração, eis que, consubstanciando o resultado de criteriosos estudos feitos sobre a matéria, visa atualizar, de forma justa e racional, o valor das pensões concedidas com base nas referidas leis, às viúvas de ex-Deputados Estaduais ou de ex-Presidentes, Interventores ou Governadores do Paraná.

A fixação do valor das pensões, sob a forma de vinculação ao salário mínimo, constitui-se fator que merece ser devidamente ressaltado, pois do contrário os reajustamentos serão efetivados automaticamente e portanto não mais dependerão de lei estadual específica.

A fim de que a concessão especial feita pelo Estado não perca os seus plenos e elevados objetivos, quais sejam, os de assistir e amparar as viúvas realmente necessitadas, o anteprojeto de lei conceitua, para os seus efeitos, a condição de exclusiva dependência a tal pensão, como sendo a da beneficiária que não perceba rendimentos de quaisquer fontes ou que, se os perceber, sejam eles inferiores ao valor correspondente a três salários mínimos, caso este em que fará jus ao recebimento da diferença entre o rendimento auferido e aquele valor.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero à Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) João Mansur

Presidente da Assembléia Legislativa no exercício do cargo de Governador do Estado

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado OSWALDO SANTOS LIMA

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado

N/CAPITAL

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — O valor das atuais pensões de que tratam as leis n.ºs 4.763, de 5 de novembro de 1963 e 54-63, de 22 de novembro do mesmo ano, fica elevado para o equivalente a três salários mínimos fixados para a Capital do Estado, desde que as respectivas beneficiárias comprovem dependência exclusiva dessas pensões.

Parágrafo único. Considera-se, para os efeitos desta lei, beneficiária de exclusiva dependência aquela que não perceba rendimentos de quaisquer fontes ou estes sejam inferiores a três salários mínimos caso em que somente fará jus à diferença entre o rendimento auferido e o fixado neste artigo.

Art. 2.º — As atuais beneficiárias que não preencham os requisitos do artigo 1.º permanecerão percebendo as pensões já concedidas, respeitado o limite fixado pelo art. 2.º da Lei n.º 5.135, de 16 de junho de 1965.

Art. 3.º — As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão a conta das verbas próprias consignadas no Orçamento Geral do Estado.

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 46-73

MENSAGEM GOVERNAMENTAL N.º 32-73

PARECER

1) Oriundo de Mensagem Governamental, a presente proposição eleva o valor das pensões de que tratam as leis n.ºs 4.763, de 5 de novembro de 1963 e de n.º 54 de 22 de novembro do mesmo ano.

2) A mensagem deve merecer desta Casa ampla acolhida, pois trata de matéria que de há muito vem preocupando os senhores Deputados, no entanto, nos permitimos apresentar o substitutivo, em anexo, por entender que assim os objetivos serão melhor atendidos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de abril de 1973.

(aa) Antônio F. Ferreira da Costa Filho — Presidente

Erondy Silvério — Relator

Ovidio Franzoni

Ivo Thomazoni

Antônio Lopes Júnior

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 46-73

SUBSTITUTIVO

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — O valor das atuais pensões de que tratam as leis N.ºs 4.763, de 5 de novembro de 1963, e 54-63, de 22 de novembro do mesmo ano, fica elevado para o equivalente a três salários mínimos fixados para a Capital do Estado.

Art. 2.º — As despesas decorrentes da execução da presente lei, correrão a conta das verbas próprias consignadas no Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11 de abril de 1973.

(aa) Antônio F.F. da Costa Filho — Presidente

Erondy Silvério — Relator

Ovidio Franzoni

Quiélse Crisóstomo da Silva

Antônio Lopes Júnior

Ivo Thomazoni

Sebastião Rodrigues Júnior

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 46-73

AUTOR: — Governo do Estado

SÚMULA: — Eleva para três salários mínimos regionais, as pensões de que tratam as leis n.ºs 4.763-63 e 54-63.

PARECER

I — O Projeto, quando apreciado pela Comissão de Constituição e Justiça, recebeu o parecer favorável, mas na forma de um substitutivo que melhor viesse atender seus objetivos.

II — Tratando-se de matéria oriunda do Poder Executivo, a quem cabe a iniciativa de leis que disponham sobre matéria financeira, acreditamos que já está incluída no Orçamento Geral do Estado verba para tal aplicação.

III — Assim sendo, nosso parecer é favorável à matéria, mas na forma do substitutivo apresentado pela C.C.J.

Sala das Comissões, em 15-5-73.

(aa) Quiélse Crisóstomo da Silva — Presidente

Alvaro Dias — Relator

João Fadel

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 19-73, Ex-Proposição n.º 29-73, da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios de São Mateus do Sul, Bandeirantes e Santa Izabel do Ivaí, objetivando fornecimento de equipamentos às delegacias de polícia locais, mediante dotações do FUNRESPOL e de verbas que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P. — Em regime de urgência. — Aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 19-73

Art. 1.º — Ficam aprovados, em todos os seus termos, os Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, com os municípios de São Mateus do Sul, Bandeirantes e Santa Izabel do Ivaí, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos respectivos Municípios.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 4 de abril de 1973.

Deputado Antônio Franco Ferreira da Costa Filho — Presidente

Deputado Erondy Silvério — Relator

ESTADO DO PARANÁ

Gabinete do Governador

MENSAGEM N.º 5-73

Senhor Presidente:

Curitiba, 8 de fevereiro de 1973

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, com os Municípios de São Mateus do Sul, Bandeirantes e Santa Izabel do Ivaí, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos respectivos Municípios.

O interesse público na aprovação das medidas ora submetidas à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) Pedro Viriato Parigot de Souza — Governador do Estado

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado WILSON FIGUEIREDO FORTES

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado

N/CAPITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS DO SUL

Em 15 de dezembro de 1972

Termo de Convenio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de São Mateus do Sul, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos quinze dias do mês de dezembro do ano de mil e novecentos e setenta e dois, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor General Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Antonio José Portes, Prefeito Municipal de São Mateus do Sul, tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-02-1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 21-VII-72, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA — Objetivo do Convenio

Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorren-

es providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA — Definições e legislações

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962, tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

CLÁUSULA TERCEIRA — Da Execução do Convenio:

A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal.

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convenio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas repor de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de São Mateus do Sul, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convenio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

b) indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral; retifica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, destes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLÁUSULA QUARTA — Da Contribuição e Delegação:

As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convenio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLÁUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia

O presente convenio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLÁUSULA SEXTA — Vigencia

Este convenio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA SÉTIMA — Celeridade do Apoio

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convenio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convenio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 15 de dezembro de 1972.

Gal. Mário Carneiro Portes — Secretário de Segurança Pública
Antônio José Portes — Prefeito Municipal de São Mateus do Sul
(Ass. ilegíveis) — Testemunhas

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Bandeirantes, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos 25 dias do mês de outubro, do ano de mil e novecentos e setenta e dois, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o General Mário Carneiro Portes, Secretário da Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Luiz Meneghel, Prefeito Municipal de Bandeirantes, tendo em vista o que preceitua o artigo 117 da Constituição Estadual e artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-02-1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 21.VII.72, resolveram mediante às cláusulas do presente termo de convenio estipular o que adiante segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA — Objetivo do Convenio

Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

tegração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA — Definições e legislações

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962, tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

CLÁUSULA TERCEIRA — Da Execução do Convenio:

A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal.

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convenio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas repor de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Bandeirantes, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convenio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) diretamente, através de dotações próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

b) indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — pneus e complementos, revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral; retifica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, destes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza conservação;

VI — conserto e preservação de material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLÁUSULA QUARTA — Da Contribuição e Delegação:

As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convenio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLÁUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia

O presente convenio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLÁUSULA SEXTA — Vigencia

Este convenio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA SÉTIMA — Celeridade do Apoio

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convenio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convenio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 25 de outubro de 1972.

Gal. Mário Carneiro Portes — Secretário de Segurança Pública
Luiz Meneghel — Prefeito Municipal de Bandeirantes
(Ass. ilegíveis) — Testemunhas

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ISABEL DO IVAI

CONVENIO

Termo de Convenio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Ivaí, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos quinze dias do mês de outubro do ano de mil e novecentos e setenta e dois, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o General Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Marcos Léo de Albuquerque Vellozo, Prefeito Municipal de Santa Isabel do Ivaí, tendo em vista o que preceitua o artigo 117 da Constituição Estadual e artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-02-1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 21-VII-72, resolveram mediante às cláusulas do presente termo de convenio estipular o que adiante se segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA — Objetivo do Convenio

Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA -- Definições e legislações

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.940 de 13 de novembro de 1962, tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

CLÁUSULA TERCEIRA — Da Execução do Convênio:

A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal.

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Ivaí, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

b) indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral; retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, destes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLÁUSULA QUARTA — Da Contribuição e Delegação:

As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLÁUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia

O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLÁUSULA SEXTA — Vigência

Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA SÉTIMA — Celeridade do Apoio

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 15 de dezembro de 1972.

Gal. Mário Carneiro Portes — Secretário de Segurança Pública

Marcos Léo de Albuquerque Vellozo — Prefeito Municipal de S. I. do Ivaí (Ass. ilegíveis) — Testemunhas

PARECER
PROPOSIÇÃO 20/73
MENSAGEM 5/73

SÚMULA: Encaminha à apreciação e aprovação convênios firmados entre o Governo do Estado e as Prefeituras Municipais de São Mateus do Sul, Bandeirantes e Santa Isabel do Ivaí, visando estabelecimento de normas de cooperação para equipamentos às Delegacias de Polícia locais, mediante aplicações de dotações do Funrespol e verbas municipais.

PARECER

Visa a Proposição submeter à apreciação e aprovação, desta Colenda Casa, Convênios celebrados entre o Governo do Estado e as Prefeituras Municipais de São Mateus do Sul, Bandeirantes e Santa Isabel do Ivaí, com finalidades de estabelecimentos de normas de mútua cooperação, possibilitadora de fornecimento de equipamentos às Delegacias de Polícia locais, através de dotações do Funrespol e de verbas orçamentárias municipais.

Do ponto de vista constitucional, nenhum óbice se poderá antepor à iniciativa governamental, perfeitamente amparada no artigo 47, inciso IX, da Emenda Constitucional n.º 3, fazendo-se, tão somente, necessário o "referendum" deste Poder Legislativo.

O procedimento, além de sua constitucionalidade, traduz elogiável empenho em dotar os Municípios signatários dos Convênios de melhores condições de policiamento, em benefício das suas populações.

Diante do argumentado, o Parecer é favorável à aprovação dos Convênios firmados.

Pela Aprovação.

Sala de Reuniões, em 4 de abril de 1973.

(Assinatura Ilével)

Presidente

(Assinaturas Ilégíveis)

Relatores

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER

A PROPOSIÇÃO N. 20-73 — MENSAGEM GOVERNAMENTAL N. 5-73

1 — A presente proposição, constitui-se da Mensagem Governamental n.º 5-73, encaminhando a esta Casa, para os fins constitucionais, cópias autênticas dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, com os Municípios de São Mateus do Sul, Bandeirantes e Santa Isabel do Ivaí, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos respectivos Municípios.

2 — Referida proposição já mereceu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

3 — Os Convênios enfocados encontram amparo legal e constitucional e quanto ao aspecto financeiro que cabe examinarmos nesta oportunidade, não há qualquer restrição a fazer, razão pela qual opinamos pela sua aprovação, na forma do Projeto de Resolução apresentado pela Constituição e Justiça.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 24 de abril de 1973.

(Assinatura Ilével)

Presidente

(a) Gilberto R. Carvalho

Relator

PARECER à Proposição 20-73, que encaminha cópia dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado e diversas Prefeituras de Municípios paranaenses.

I — E competência privativa do Governador do Estado, a assinatura de Convênios, "ad referendum" da Assembleia Legislativa. (Art. 47, item IX da C.E.).

II — Isto posto, compete apenas à Assembleia Legislativa referendar os Convênios celebrados pelo Chefe do Poder Executivo com a União, com os Estados e Municípios. (art. 22, item VII da C.E.).

III — A medida legal e regimental cabível deveria ter sido tomada na C.C.J..

Todavia, como erroneamente o Projeto foi encaminhado à Comissão de Finanças, esta supriu o erro anterior, apresentando o Projeto de Resolução competente.

Assim sendo, nada mais nos resta do que solicitar que o mesmo seja encaminhado à Ordem do Dia para votação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em

(Assinatura Ilével)

Presidente

(Assinatura Ilével)

Relator

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 20-73, Ex-Proposição n.º 22-73, da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios de Coronel Vívica e Iguaçu, objetivando fornecimento de equipamentos às delegacias de Polícia locais, mediante dotações e verbas que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P. — EM REGIME DE URGÊNCIA — Aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 20-73

Art. 1.º — Ficam aprovados os Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, e os Municípios de Coronel Vívica, em 4 de outubro de 1972, e de Iguaçu, em 19 de janeiro de 1973, objetivando estabelecer normas mútuas de cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos respectivos municípios.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

(Assinatura Ilével)

Presidente

(a) Quilse Crisóstomo da Silva

Relator

ESTADO DO PARANÁ
Gabinete do Governador

MENSAGEM

7-73

Curitiba, 14 de fevereiro de 1973

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública com os Municípios de Coronel Vívica e Iguaçu, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos respectivos Municípios.

O interesse público na aprovação das medidas ora submetidas à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA

Governador do Estado

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VÍVICA

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Coronel Vívica, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos quatro dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e setenta e dois, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, presentes o Senhor Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Angelo Mezzomo, Prefeito Municipal de Coronel Vívica, Estado do Paraná, tendo em vista o que preceitua o Ar-

tigo 117 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-2-1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 18-9-1972, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante se segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Objetivo do Convênio:

Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA

Definições e legislações:

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Art. 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

CLÁUSULA TERCEIRA

Da Execução do Convênio:

A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento e aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Coronel Vivida, em contra-partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral; retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local

CLÁUSULA QUARTA

Da Contribuição e Delegação:

As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na norma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com a Delegacia de Polícia local responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLÁUSULA QUINTA

Prazo e Denúncia:

O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todo os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLÁUSULA SEXTA

Vigência:

Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA SÉTIMA

Celeridade do Apoio:

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 4 de outubro de 1.972

Mário Carneiro Portes,

Secretário de Segurança Pública

Angelo Mezzomo

Prefeito Municipal de Coronel Vivida

(Assinatura Iléível)

Testemunha

(Assinatura Iléível)

Testemunha

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAUAU

CONVÊNIO

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Iguaçu, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos dezenove dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e setenta e três, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o senhor Gal. Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o senhor Alberto Brunetti, Prefeito Municipal de Iguaçu, tendo em vista o que preceitua o artigo 117 da Constituição Estadual e o artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-2-1948) e tendo em vista a autorização governamental de 21-7-1972, publicado no Diário Oficial n.º 102, resolveram, mediante as Cláusulas do presente termo de convênio estipular o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Objeto do Convênio:

Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação desses recursos.

Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações no FUNRESPOL (Investimento capital) e de verbas de custeio do orçamento Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA

Definições e legislações:

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

CLÁUSULA TERCEIRA

Da Execução do Convênio:

A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Iguaçu, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou dose, digo, ou de seus órgãos; ou

b) — Indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — O fornecimento de combustíveis e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — Pneus e componentes; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — Conservação e reposição de peças; consertos em geral; retífica ou substituição de motores;

IV — Manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta ou longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — Utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — Conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLÁUSULA QUARTA

Da Contribuição e Delegação:

As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com a Delegacia de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLÁUSULA QUINTA

Prazo e Renúncia:

O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLÁUSULA SEXTA

Vigência:

Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA SÉTIMA

Celeridade do Apoio:

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízos à coletividade do município ou Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 19 de janeiro de 1.973.
Mário Carneiro Portes
 Secretário de Segurança
Alberto Brunetti
 Prefeito Municipal de Iguaraçu
 (Ass. Ilegível)
 Testemunha
 (Ass. Ilegível)
 Testemunha.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER À PROPOSIÇÃO N.º 22/73

I — Oriunda de Mensagem Governamental, a presente Proposição solicita autorização desta Casa para os Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, e os municípios de Coronel Vivida e Iguaraçu, objetivando estabelecer normas mútuas de cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos respectivos municípios.

II — Do ponto de vista legal e constitucional, que a esta Comissão cabe analisar, a Proposição está em condições de ser aprovada, nos termos do Projeto de Resolução, em anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 4 de abril de 1973

aa) **João Mansur** — Presidente

Dep. Quielso Crisóstomo da Silva — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROPOSIÇÃO N.º 22/73

SÚMULA: Aprova os termos dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios de Coronel Vivida e Iguaraçu, objetivando estabelecer normas mútuas de cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias locais, digo, Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos respectivos Municípios.

PARECER

A presente Proposição tem suas raízes na Mensagem Governamental n.º 7/73, solicitando autorização desta Casa de Leis para aprovação dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios de Coronel Vivida e Iguaraçu, objetivando estabelecer normas mútuas de cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos respectivos Municípios.

Do ponto de vista legal e constitucional a Douta Comissão de Constituição e Justiça já opinou pela aprovação da proposição.

Quanto ao aspecto financeiro que a esta Comissão cabe examinar, não se insurge qualquer obstáculo, pois trata-se de "referendum" desta Casa de Leis para aprovar os referidos Convênios, conforme estabelece o art. 22, inciso VII da Carta Estadual.

Assim sendo, opinamos pela APROVAÇÃO da Proposição, nos termos do Projeto de Resolução apresentado pela Douta Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

(aa) (Ass. Ilegível) — Presidente

(Ass. Ilegível) — Relator

PARECER à Proposição 22/73, que encaminha cópia dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado e os municípios de Coronel Vivida e Iguaraçu.

I — É competência privativa do Governador a assinatura de Convênios, "ad referendum" da Assembleia Legislativa. (art. 47, item IX da C.E.).

II — Isto posto, compete apenas à Assembleia Legislativa referendar os Convênios celebrados pelo Chefe do Poder Executivo com a União, com os Estados e Municípios. (art. 22, item VII da C.E.).

III — Como a C.C.J. já se pronunciou favoravelmente à Proposição que encaminha o Convênio, transformando-a em Projeto de Resolução, nada mais nos resta do que solicitar que o mesmo seja encaminhado à Ordem do Dia para votação, pois a Comissão Competente já tomou a medida legal necessária e regimental cabível.

Sala das Comissões, em

(aa) (Ass. Ilegível) — Presidente

(Ass. Ilegível) — Relator

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 21/73, Ex-Proposição n.º 78/73, da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios que especifica, objetivando fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante dotações do FUNRESPOL e de verbas dos respectivos municípios aqui especificados. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 21/73

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1.º — Ficam aprovados os Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública com os Municípios de Nova Aurora, Santa Mariana, Paraíso do Norte, Guairá, Conselheiro Mairink, Telêmaco Borba, Toledo, Rio Branco do Sul, Assis Chateaubriand e Terra Rica, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos referidos Municípios.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em de 1973.

aa) (Ass. Ilegível) — Presidente

Paulo Camargo — Relator

MENSAGEM 14/73

Curitiba, 26 de fevereiro de 1973

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública com os Municípios de Nova Aurora, Santa Mariana, Paraíso do Norte, Guairá, Conselheiro Mairink, Telêmaco Borba, Toledo, Rio Branco do Sul, Assis Chateaubriand e Terra Rica, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos referidos Municípios.

O interesse público na aprovação das medidas ora submetidas à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

PEDRO VARIATO PARIGOT DE SOUZA

Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor

Deputado **WILSON FIGUEIREDO FORTES**

Digníssimo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado

N/ Capital

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA AURORA

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Nova Aurora com a finalidade de trazer normas de mútua cooperação, tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de outubro de mil novecentos e setenta e dois, no Gabinete do Sr. Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Miguel Ermémio Dias, Prefeito Municipal de Nova Aurora, tendo em vista o que preceitua o artigo 117 da Constituição Estadual e o artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-2-48) e tendo em vista a autorização governamental datada de 21-7-1972, resolvem, mediante as cláusulas do presente termo de Convênio estipular o que adiante se segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Objetivo do Convênio:

— Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração do Estado - Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (Investimento de Capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA

Definições e Legislações:

— A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual, art. 56) nos termos do artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros de apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

CLÁUSULA TERCEIRA

Da Execução do Convênio:

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera administrativa policial-civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) a Delegacia de Polícia Civil local dos recursos materiais consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados do Instituto de Identificação, Polícia Técnica e Médico-Legal;

c) a não empregar os veículos que hajam sido objeto deste Convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Nova Aurora, em contra-partida, proporcionará aos equipamentos e fornecidos na vigência deste Convênio compreendidos na discriminação genérica do item "b" do artigo anterior:

a) diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou seus órgãos, ou

b) indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustíveis e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos competentes locais;

II — pneus e complementos, revisões periódicas, quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças, consertos em geral, retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de rádio-comunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis, fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes papéis apropriados material de limpeza e conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações internas e externas dos órgãos locados ou não da Delegacia de Polícia local.

CLÁUSULA QUARTA

Da Contribuição e Delegação:

— As contribuições da Municipalidade para efetivação deste convênio processar-se-ão na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos haverá delegação à Chefia do setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLAUSULA QUINTA

Prazo e Denúncia:

— O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLAUSULA SEXTA

Vigência:

— Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLAUSULA SETIMA

Celeridade do Apoio:

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio e de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais

Curitiba, 25 de outubro de 1972.

aa) Mario Carneiro Portes — Secretário de Segurança Pública

Miguel Ernênio Dias — Prefeito Municipal de Nova Aurora

Testemunha:

(Ass. ilegível)

Testemunha:

(Ass. ilegível)

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIANA

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de SANTA MARIANA, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos 10 (dez) dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e setenta e dois, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Albertino Delamuta, Prefeito Municipal de Santa Mariana, tendo em vista o que preceitua o Artigo 113 da Constituição Estadual, e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-02-1948), e tendo, em vista a autorização governamental datada de 21-VII-72, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante se segue:

CLAUSULA PRIMEIRA — Objetivo do Convênio

Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos. Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLAUSULA SEGUNDA — Definições e Legislações

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações perais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

CLAUSULA TERCEIRA — Da Execução do Convênio

A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica-municipal se compromete a prover:

- a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;
- b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;
- c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Santa Mariana, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos para vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

- a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou
- b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;
- I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;
- II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;
- III — conservação e reposição de peças; consertos em geral; retífica ou substituição de motores;
- IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicações, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;
- V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;
- VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLAUSULA QUARTA — Da Contribuição e Delegação

As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia do setor da estrutura orgânica

municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLAUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia

O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLAUSULA SEXTA — Vigência

Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLAUSULA SETIMA — Celeridade do Apoio

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Mário Carneiro Portes — Secretário de Segurança Pública

Albertino Delamuta — Prefeito Municipal de Santa Mariana

(Ass. ilegível) — Testemunha

(Ass. ilegível) — Testemunha

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO DO NORTE

CONVENIO

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Paraíso do Norte, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos oito dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e setenta e dois, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Oscar Fritche, Prefeito Municipal de Paraíso do Norte, tendo em vista o que preceitua o artigo 117 da Constituição Estadual e o artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei orgânica dos Municípios (64 de 21-02-1948) e tendo em vista a autorização governamental de 21-07-72, publicada no Diário Oficial n.º 102, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio estipular o seguinte:

CLAUSULA PRIMEIRA — Objeto do Convênio

Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos. Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLAUSULA SEGUNDA — Definições e Legislações

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações perais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

CLAUSULA TERCEIRA — Da Execução do Convênio

A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica-municipal se compromete a prover:

- a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;
- b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;
- c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Paraíso do Norte, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

- a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou
- b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;
- I — o fornecimento de combustíveis e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;
- II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;
- III — conservação e reposição de peças; consertos em geral; retífica ou substituição de motores;
- IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicações, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;
- V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;
- VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLAUSULA QUARTA — Da Contribuição e Delegação

As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia do setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com a Delegacia de Polícia local, responsável pela

execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLÁUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia

O presente convenio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLÁUSULA SEXTA — Vigência

Este convenio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA SÉTIMA — Celeridade do Apoio

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convenio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convenio para que produza os seus efeitos legais. Curitiba, 05 de Novembro de 1972.

Mário Carneiro Portes — Secretário de Segurança Pública
Oscar Fritche — Prefeito Municipal de Paraíso do Norte
(Ass. ilegível) — Testemunha
(Ass. ilegível) — Testemunha

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍRA

Termo do Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e a Prefeitura Municipal de Guaira, Estado do Paraná, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos seis dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e setenta e dois, no Gabinete do Prefeito Municipal, presente o Senhor General Mário Carneiro Fortes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Kurt Walter Hasper, Prefeito Municipal de Guaira Estado do Paraná, tendo em vista o que preceitua o Artigo 113 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-02-1948) e tendo em vista a autorização pela Lei Municipal n.º datada de resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convenio estipular o que adiante se segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Objetivo do Convênio:

— Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.
— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado - Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA

Definições e Legislações:

— A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949, de 13 de novembro de 1962, tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

CLÁUSULA TERCEIRA

Da Execução do Convênio:

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — A Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convenio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

— A Prefeitura Municipal de Guaira Estado do Paraná, em contra-partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convenio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral; retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLÁUSULA QUARTA

Da Contribuição e Delegação:

— As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convenio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia do setor de estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLÁUSULA QUINTA

Prazo e Denúncia:

— O presente convenio vigorará por tempo indeterminado cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLÁUSULA SEXTA

Vigência:

— Este convenio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA SÉTIMA

Celeridade do Apoio:

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convenio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convenio para que produza os seus efeitos legais. Curitiba, 06 de novembro de 1972

(aa) Mario Carneiro Portes — Secretário de Segurança Pública
Kurt Walter Hasper — Prefeito Municipal de Guaira

Testemunha:

(Ass. ilegível)

Testemunha:

(Ass. ilegível)

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO MAIRINK

Termo de convenio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Conselheiro Mairink, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos vinte e três dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e setenta e dois, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presente o Senhor General Mário Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Marcelito Brito da Silva, Prefeito Municipal de Conselheiro Mairink, tendo em vista o que preceitua o artigo 117 da Constituição Estadual, e o artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21.02.48) e tendo em vista a autorização governamental datada de 21-07-72, resolveram mediante as cláusulas do presente termo de convenio estipular o que adiante se segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA — Objeto do Convênio

Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos. Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA — Definições e Legislações

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

CLÁUSULA TERCEIRA — Da Execução do Convênio

A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica-municipal se compromete a prover:

a) — A Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convenio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Conselheiro Mairink, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convenio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustíveis e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral; retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicações, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLÁUSULA QUARTA — Da Contribuição e Delegação

As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convenio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e

controle específicos, haverá delegação à Chefia do setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLAUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia

O presente convenio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLAUSULA SEXTA — Vigência

Este convenio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLAUSULA SETIMA — Celeridade do Apoio

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convenio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convenio para que produza os seus efeitos legais Curitiba, 23 de outubro de 1972.

Mário Carneiro Portes — Secretário de Segurança Pública
Marcelito Brito da Silva — Prefeito Municipal de Conselheiro Mairink
(Ass. ilegível) — Testemunha
(Ass. ilegível) — Testemunha

PREFEITURA MUNICIPAL DE TELÊMACO BORBA CONVENIO

Termo de Convenio que entre si fazem Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Telêmaco Borba, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos vinte e três dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e setenta e dois, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor General Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Doutor Euclides Marcolla, Prefeito Municipal de Telêmaco Borba, tendo em vista o que preceitua o artigo 117 da Constituição Estadual e o artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-02-1948) e tendo em vista a autorização governamental de 21-07-72, publicada no Diário Oficial n.º 102, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convenio estipular o seguinte:

CLAUSULA PRIMEIRA — Objeto do Convênio

Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos. Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLAUSULA SEGUNDA — Definições e Legislações

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação de tranquilidade pública através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

CLAUSULA TERCEIRA — Da Execução do Convenio

A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica-municipal se compromete a prover:

- a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;
- b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;
- c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convenio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Telêmaco Borba, em contra-partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convenio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

- a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou
- b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;
- I — o fornecimento de combustíveis e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;
- II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;
- III — conservação e reposição de peças; consertos em geral; retífica ou substituição de motores;
- IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicações, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;
- V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;
- VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLAUSULA QUARTA — Da Contribuição e Delegação

As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convenio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia do setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela

execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLAUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia

O presente convenio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLAUSULA SEXTA — Vigência

Este convenio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLAUSULA SETIMA — Celeridade do Apoio

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convenio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convenio para que produza os seus efeitos legais. Curitiba, 23 de outubro de 1972.

Mário Carneiro Portes — Secretário de Segurança Pública
Euclides Marcolla — Prefeito Municipal de Telêmaco Borba
(Ass. ilegível) — Testemunha
(Ass. ilegível) — Testemunha

PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO

Termo de Convenio, que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e a Prefeitura Municipal de Toledo, com a finalidade de manter e conservar os veículos, aparelhos de radiocomunicação e instalações da Polícia.

Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de outubro de 1972 (mil novecentos e setenta e dois), no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, o Senhor Egon Pudell, Prefeito Municipal de Toledo, tendo em vista o que preceitua o artigo 117, da Constituição Estadual e o artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64, de 21-02-1948) e tendo em vista a autorização governamental de 21.07.72, publicada no Diário Oficial n.º 102, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convenio estipular o seguinte:

CLAUSULA PRIMEIRA — Objeto do Convênio

Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos. Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLAUSULA SEGUNDA — Definições e Legislações

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação de tranquilidade pública através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

CLAUSULA TERCEIRA — Da Execução do Convenio

A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica-municipal se compromete a prover:

- a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;
- b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;
- c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convenio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Toledo, em contra-partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convenio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

- a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou
- b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;
- I — o fornecimento de combustíveis e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;
- II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;
- III — conservação e reposição de peças; consertos em geral; retífica ou substituição de motores;
- IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicações, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;
- V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;
- VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLAUSULA QUARTA — Da Contribuição e Delegação

As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convenio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia do setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLAUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia

O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLAUSULA SEXTA — Vigência

Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLAUSULA SÉTIMA — Celeridade do Apoio

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 25 de outubro de 1972.

Mário Carneiro Portes — Secretário de Segurança Pública

Egon Pudell — Prefeito Municipal de Toledo

(Ass. ilegível) — Testemunha

(Ass. ilegível) — Testemunha

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL

Termo de Convênio entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos três dias do mês de outubro do ano de mil novecentos setenta e dois, no Gabinete do Sr. Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor José Pedroso de Moraes, Prefeito Municipal de Rio Branco do Sul, tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-2-1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 21-7-72, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante se segue:

CLAUSULA PRIMEIRA**Objetivo do Convênio:**

— Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo de manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLAUSULA SEGUNDA**Definições e Legislações:**

— A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, da apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

CLAUSULA TERCEIRA**Da Execução do Convênio:**

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

— A Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos competentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral; retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — consertos e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLAUSULA QUARTA**Da Contribuição e Delegação:**

— As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLAUSULA QUINTA**Prazo e Denúncia:**

— O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLAUSULA SEXTA**Vigência:**

— Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLAUSULA SÉTIMA**Celeridade do Apoio:**

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 3 de outubro de 1972.

Mário Carneiro Portes

Secretário de Segurança Pública

José Pedroso de Moraes

Prefeito Municipal

(Ass. ilegíveis)

Testemunha

(Ass. ilegível)

Testemunha

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASSIS CHATEAUBRIAND

Termo de convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Assis Chateaubriand, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos seis dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e setenta e dois, no Gabinete do Sr. Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor Gen. Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Rudy Alvarez, Prefeito Municipal de Assis Chateaubriand, tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-2-1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 21-7-72, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante se segue:

CLAUSULA PRIMEIRA**Objetivo do Convênio:**

— Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo de manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLAUSULA SEGUNDA**Definições e Legislações:**

— A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, da apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

CLAUSULA TERCEIRA**Da Execução do Convênio:**

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

— A Prefeitura Municipal de Assis Chateaubriand em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos competentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral; retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa dis-

tância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídos substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, materiais de limpeza e conservação;

VI — consertos e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLÁUSULA QUARTA

Da Contribuição e Delegação:

— As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsáveis pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLÁUSULA QUINTA

Prazo e Denúncia:

— O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois de uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLÁUSULA SEXTA

Vigência:

— Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA SÉTIMA

Celeridade do Apoio:

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais. Curitiba, 6 de novembro de 1.972.

Mário Carneiro Portes

Secretário de Segurança Pública

Rudy Alvarez

Prefeito Municipal de Assis Chateaubriand

(Ass. Ilegível)

Testemunha

(Ass. Ilegível)

Testemunha

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA

Termo de convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Terra Rica, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos 2 (dois) dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e setenta e dois, no Gabinete do Senhor Secretário da Segurança Pública, presentes o Senhor Mário Carneiro Portes, Secretário da Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Neuto Galdino, Prefeito Municipal de Terra Rica, do Paraná e o Senhor Neuto Galdino, Prefeito Municipal de Terra Rica, artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-2-1948), e tendo em vista a autorização governamental datada de 21-7-1972, resolvem, mediante as cláusulas do presente Termo de Convênio estipular o que adiante segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Objetivo do Convênio:

— Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo de manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (Investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA

Definições e Legislações:

— A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, da apuração das infrações perais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

CLÁUSULA TERCEIRA

Da Execução do Convênio:

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Terra Rica, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na discriminação genérica no item "b" do artigo anterior;

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos competentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral; retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídos substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, materiais de limpeza e conservação;

VI — consertos e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLÁUSULA QUARTA

Da Distribuição e Delegação:

— As contribuições da municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão na forma da legislação fiscal e Fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia do setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLÁUSULA QUINTA

Prazo e Denúncia:

— O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato opistolar de uma das autoridades signatárias.

CLÁUSULA SEXTA

Vigência:

— Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA SÉTIMA

Celeridade do Apoio:

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, o de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do Município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais. Curitiba, 2 de outubro de 1.972.

Mário Carneiro Portes

Secretário de Segurança Pública

Neuto Galdino

Prefeito Municipal de Terra Rica

(Ass. Ilegível)

Testemunha

(Ass. Ilegível)

Testemunha

PARECER

A PROPOSIÇÃO N. 78-73 — MENSAGEM GOVERNAMENTAL N. 14-73

1 — A proposição em foco, constitui-se da Mensagem Governamental n. 14-73, encaminhando a esta Casa, para os fins constitucionais, cópia autêntica dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública com os Municípios de Nova Aurora, Santa Mariana, Paraíso do Norte, Guaira, Conselheiro Mairink, Telêmaco Borba, Toledo, Rio Branco do Sul, Assis Chateaubriand e Terra Rica, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos referidos Municípios.

2 — Referidos Convênios enquadram-se na competência deferida ao Chefe do Poder Executivo, nos termos do art. 47, inciso IX, da Constituição Estadual, e por força do art. 22, inciso VII, da mesma Constituição, cabe a esta Casa de Leis referendar os Convênios aludidos, o que ora fazemos na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 4 de abril de 1973.

(Ass. Ilegível)

Presidente

(Ass. Ilegíveis)

Relatores

COMISSÃO DE FINANÇAS

AUTOR: COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — Ex-Proposição n. 78-73 — Aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios que especifica, objetivando fornecimento de equipamentos para as delegacias de polícia locais, mediante dotações do Funrespol e de verbas dos respectivos Municípios aqui especificados.

PARECER:

A matéria já devidamente articulada e de acordo com o Regimento Interno, não traz nenhuma implicação financeira. Firmar convênio é da competência do Governo do Estado, razão pela qual somos pela sua aprovação Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 4 de abril de 1973.

(Ass. Ilegível)

Presidente

(Ass. Ilegíveis)

Relatores

PARECER à Proposição 78/73, que encaminha cópia dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado e alguns Municípios paranaenses.

I — É competência privativa do Governador a assinatura de Convênios, "ad referendum" da Assembléia Legislativa, (art. 47 em seu inciso IX da C.E.).

II — Isto posto, compete apenas à Assembléia Legislativa referendar os Convênios celebrados pelo Chefe do Poder Executivo com a União, com os Estados e Municípios, (art. 22, item VII da C.E.).

III — Como a C.C.J. já se pronunciou favoravelmente à Proposição que encaminha o Convênio, transformando-a em Projeto de Resolução, nada mais nos resta do que solicitar que o mesmo seja encaminhado à Ordem do Dia para votação, pois a Comissão Competente já tomou a medida legal necessária e regimental cabível.

É o parecer S.M.J.

Sala das Comissões, em

a) (Ass. ilegível) — Presidente

(Ass. ilegível) — Relator

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do Expediente, solicitando dispensa de publicação para o Projeto de Lei n.º 16/73. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Fadel, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado Expediente ao Sr. Secretário do Governo, solicitando informações sobre a extinção do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Presidente do Banco do Brasil, no sentido de que se proceda estudos, visando a instalação de uma agência bancária na cidade de Terra Rica. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Tomazoni, constante do Expediente, solicitando voto de louvor à Diretoria da Companhia Paranaense de Silos e Armazéns, pela aquisição e instalação de Secadores KW-10 nas Unidades Armazenadoras de Curitiba, Campo Mourão, Guarapuava e Pato Branco. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Odilon Reinhardt, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado Expediente ao Sr. Superintendente Regional do INPS, no sentido de que sejam tomadas providências objetivando a construção de prédio daquele órgão na cidade de Cascavel. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando a transcrição em Ata, do artigo publicado pelo jornal "Gazeta do Povo", sob o título "O Porto de Antonina". — **Aprovado.** (O artigo a ser transcrito, acha-se publicado no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Iris Caldart, lido da Tribuna, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Presidente da República, ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Comandante da 5.ª Região Militar, no sentido de que sejam efetuados estudos, referentes a títulos de posse de terras na região Oeste do Estado, e se equacione e se resolva tão grave e angustiante problema. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente da Sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja encaminhado pedido de informações ao Sr. Governador do Estado, sobre gastos do Estado, em publicidade. — **Rejeitado.**

O SR. ANTÔNIO BELINATI — (Pela Ordem) Solicito Sr. Presidente, a recontagem do nosso pedido de informação, de quanto o Governo está gastando.

O SR. PRESIDENTE — V. Exa. está requerendo a verificação de votação?

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Exato.

O SR. PRESIDENTE — (faz uma nova verificação)

5 Srs. Deputados aprovam.

12 Srs. Deputados rejeitam. Não há quorum para votação.

O SR. ARTHUR DE SOUZA — (Pela Ordem) Sr. Presidente, requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados)

Responderam a chamada nominal 23 Srs. Deputados. Não há quorum para prosseguimento da Sessão.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 18, às 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

já marcada em Sessão anterior.

Levanta-se a Sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO MAURÍCIO FRUET, NA SESSÃO DE 17 DE MAIO DE 1973.

O PORTO DE ANTONINA

Edgar Withers

"No dia 12 de abril, por intermédio da "Gazeta do Povo", em carta aberta dirigida ao Exmo. Snr. Presidente da Assembléia Legislativa, falando do "esquecido" Porto de Antonina, eu fiz referência sobre a construção e aparelhamento dos portos do Norte, Nordeste, do Sul, e de São Paulo.

Não falei nos portos de Santa Catarina. Isto porque, sendo pensamento do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis só fazer obras em portos de grande profundidade, para integrarem os tais "Corredores de Exportação", eu julguei que os portos do vizinho Estado estivessem enquadrados na categoria dos "esquecidos", iguais ao de Antonina.

Ao ler o jornal da Capital do dia oito do corrente mês, deparei com a notícia alvicaireira que, com o título "VERBA AO PORTO DE PARANAGUÁ" dizia: "Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis liberou mais de UM MILHÃO E OITOCENTOS MIL CRUZEIROS para obras de reequipamento do Porto de Paranaguá. E mais adiante, no mesmo jornal, esta informação que me deixou perplexo: — "BASEADO EM DADOS ENVIADOS PELO D.N.P.V.N. O MINISTRO AFIRMOU ONTEM: QUE, NO DECORRER DESTES ANOS, OS ESTUDOS DE PROJETOS E O INÍCIO DE OBRAS PERMITIRÃO UMA DEFINIÇÃO DO SISTEMA PORTUÁRIO DE SANTA CATARINA" "REFEIRIU-SE AINDA AOS PLANOS DE REAPARELHAMENTO DOS PORTOS DE SÃO FRANCISCO DO SUL, ITAJAÍ, IMBITUBA E LAGUNA ALÉM DA FIXAÇÃO DA FOZ DO RIO MAIPITUBA, NA DIVISA DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL EM QUE JÁ FORAM APLICADOS CERCA DE TRÊS MILHÕES E TREZENTOS MIL CRUZEIROS" "O VALOR TOTAL DO CONTRATO É DE, APROXIMADAMENTE, VINTE MILHÕES DE CRUZEIROS".

Essa notícia, como já disse publicada em jornal curitibano, se é de alegria e de congratulações com o nobre povo catarinense pelos melhoramentos conseguidos é de tristeza para nós, paranaenses.

Diz o D.N.P.V.N. que não faz a dragagem, do porto de Antonina, porque o seu interesse está nos "Corredores de Exportação". Mas, demonstrando uma incoerência inqualificável, vai gastar cerca de VINTE MILHÕES DE CRUZEIROS EM PORTOS DE CONDIÇÕES INFERIORES AO DE ANTONINA. SENHORES DO GOVERNO E SENHORES QUE REPRESENTAM O POVO DO PARANÁ!

Aí está uma declaração que merece uma PROFUNDA MEDITAÇÃO e que comprova estar Antonina não só esquecida como também, perseguida.

Todos os portos do País foram aquinhoados com benefícios. Todos. Menos um só O DE ANTONINA.

Na minha carta aberta eu falei da necessidade de uma rigorosa dragagem que, principiando nas imediações da ilha do Corisco, fôsse até a entrada da barra. Tive, também a oportunidade de dizer que o assoreamento está prejudicando a baía que serve os portos paranaenses, com reflexos negativos para o aprofundamento do canal da Galheta.

Agora acabo de ler, com satisfação, o artigo intitulado "DEFENDER A SERRA", edição de 10 do corrente, que veio reforçar o meu brado de alerta confirmando tudo o que já havíamos prevenido.

Nesse artigo existe a seguinte nota bem significativa: "NA SITUAÇÃO ATUAL COM O TRECHO DA SERRA SUJEITO AO DESMATAMENTO E À EROSAO DAÍ DECORRENTE, GRANDE É O VOLUME DE DETRITOS ARREASTADOS PELA CORRENTEZA DOS RIOS, PARA SEDIMENTO NO LEITO DA BAÍA DE PARANAGUÁ" "CONSTATA-SE: ASSIM, QUE A DRAGAGEM, AINDA QUE CONTINUA, NÃO É SUFICIENTE PARA COMBATER O FENOMENO DO ASSOREAMENTO, TAL COMO ELE SE MANIFESTA".

Bem interessante é essa apreciação que comprova estarmos certos no nosso pronunciamento.

Meus amigos do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis!

Ainda, está em tempo de recuperarmos o tempo perdido. Vamos corrigir os erros de dois períodos administrativos estaduais que, não mantendo um perfeito entrosamento entre todos os setores do governo permitiram que seus auxiliares sem planejamento e sem respeito aos dinheiros públicos gastassem cerca de TRÊS MILHÕES DE CRUZEIROS EM SERVIÇOS INÚTEIS.

O nosso Estado está se agigantando no progresso. As cidades surgem como por encanto. A produção agro-pastoril é uma realidade. As estradas de ferro em construção de Itapeva à Ponta Grossa e a Central do Paraná vão carrear mais carga para os nossos portos. Os caminhões, que presentemente transportam a nossa riqueza, já atravancam as ruas da cidade vizinha e preocupam seus dirigentes pela insuficiência de armazenamento.

Além do aparelhamento dos dois portos — Paranaguá e Antonina — já se faz necessário estudar o aproveitamento, breve, do porto de Guaracaba que depois de sair do seu isolamento com a construção da estrada litorânea e reconstrução da atual estrada mal feita, poderá evitar que, no futuro, a produção paranaense seja exportada pelo CORREDOR MÓR DE EXPORTAÇÃO QUE É O PORTO DE SANTOS.

Finalizando queremos dizer à toda nossa gente que, aqui neste torrão chamado de Capela nós, os capelistas, orgulhosamente, também cantamos o HINO NACIONAL e afirmamos que essa imensidão territorial que vem desde o Amazonas, até o Chuy, tem um só nome que é: BRASIL".